



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

**MINHA CASA MINHA VIDA, ALÉM DA CASA: POLÍTICA
HABITACIONAL E INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA**

NATHALIA SANTOS OLIVEIRA

Feira de Santana
2022

NATHALIA SANTOS OLIVEIRA

**MINHA CASA MINHA VIDA, ALÉM DA CASA:
POLÍTICA HABITACIONAL E INFRAESTRUTURA
DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS EM FEIRA DE
SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nacelice Barbosa Freitas

Feira de Santana
2022

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

O49

Oliveira, Nathalia Santos

Minha Casa Minha Vida, além da casa : política habitacional e infraestrutura dos equipamentos públicos em Feira de Santana / Nathalia Santos Oliveira. – 2022.

117 f.: il.

Orientadora: Nacelice Barbosa Freitas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial – PLANTERR, Feira de Santana, 2022.

1. Habitação. 2. Política Pública. 3. Moradias populares. 4. Planejamento Urbano. I. Título. II. Freitas, Nacelice Barbosa, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

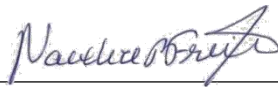
CDU 361.2:728.222

**MINHA CASA MINHA VIDA, ALÉM DA CASA:
POLÍTICA HABITACIONAL E
INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS EM FEIRA DE SANTANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Feira de Santana, 01 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Nacelice Freitas Barbosa/UEFS - Orientadora



Documento assinado digitalmente
DANIEL NOGUEIRA SILVA
Data: 27/06/2023 04:06:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Nogueira Silva /UNIFESSPA



Profª Drª Sandra Medeiros Santo/UEFS

Feira de Santana
2022

Dedico este trabalho aos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, e aos profissionais da educação e da saúde que mesmo com dificuldade, buscam fazer a diferença no atendimento dos equipamentos públicos.

AGRADECIMENTOS

Lembro-me do dia da aprovação no mestrado, era noite. O resultado dos aprovados saiu e eu não acreditava em ver meu nome na lista, ainda mais, em primeiro lugar!

Eu mal sabia que era o começo do período mais difícil da minha vida, não apenas acadêmico, pois as lutas enfrentadas foram além da pesquisa. Mas esse não é momento de lamentações, a minha alegria pela conquista é muito maior do que qualquer obstáculo que passei, pois só eu sei o quanto foi difícil chegar até aqui e meus agradecimentos começam pela pessoa que esteve comigo durante toda a minha vida, Luciana, ou “mainha”, que me acompanhou nas visitas de campo e me deu o apoio em casa para seguir trabalhando.

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Dra. Nacelice Freitas, sempre foi minha referência acadêmica e depois de conhecê-la para além da sala de aula, é uma referência de vida também.

Aos professores do PLANTERR que dedicaram tempo e empenho nas aulas e aos meus colegas da turma 7, que sempre estarão nas minhas melhores lembranças desse período.

Agradeço aos meus amigos que estiveram comigo ao longo dessa jornada, em especial Jarbas, que, em toda a trajetória me apoiou e me aconselhou mesmo que longe.

Ao saudoso professor Ildes Ferreira (in memoriam), que me fez o convite para trabalhar como Técnica Social, fazendo com que eu tivesse a oportunidade de conhecer mais sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e o empreendimento alvo dessa pesquisa, Residencial Viver Alto do Rosário.

Agradeço ao Líder Comunitário Sandro Aragão, com o seu direcionamento em todas as visitas realizadas, e as informações prestadas, além do apoio que viabilizou a realização da pesquisa.

Assim como, na dedicatória, agradeço aos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário que sempre me receberam da melhor forma possível e me acolheram em todos os momentos.

Obrigada, Deus, por ter me feito cada dia mais forte, tendo a certeza de que eu posso chegar cada vez mais longe!

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar.”

Josué 1:9

Tá vendo aquele edifício, moço?

*Ajudei a
levantar Foi um
tempo de aflição
Era quatro
condução
Duas pra ir, duas
pra voltar Hoje
depois dele pronto
Olho pra cima e
fico tonto Mas me
vem um cidadão E
me diz,
desconfiado
Tu tá aí
admirado Ou tá
querendo roubar?
Meu domingo tá
perdido Vou pra
casa entristecido
Dá vontade de
beber
E pra aumentar o
meu tédio Eu nem
posso olhar pro prédio
Que eu ajudei
a fazer Tá vendo aquele
colégio, moço? Eu
também trabalhei lá
Lá eu quase me
arrebento Fiz a
massa, pus
cimento
Ajudei a
rebocar
Minha filha
inocente
Vem pra mim toda
contente Pai, vou
me matricular Mas
me diz um
cidadão Criança
de pé no chão
Aqui não pode
estudar Essa dor
doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte?
Eu me pus a
me dizer Lá a
seca
castigava
Mas o pouco que eu
plantava Tinha
direito a comer
Tá vendo aquela igreja,
moço? Onde o
padre diz amém
Pus o sino e o*

*badalo Enchi
minha mão de calo
Lá eu trabalhei
também Lá foi que
valeu a pena
Tem quermesse, tem
novena E o padre
me deixa entrar Foi
lá que Cristo me
disse Rapaz deixe
de tolice Não se
deixe amedrontar
Fui eu quem criou
a terra Enchi o rio,
fiz a serra Não
deixei nada faltar
Hoje o homem
criou asa E na
maioria das casas
Eu também não posso
entrar Fui eu quem
criou a terra Enchi
o rio, fiz a serra
Não deixei nada
faltar Hoje o
homem criou asas
E na maioria das
casas
Eu também não posso entrar*

(Cidadão – Zé Ramalho)

RESUMO

Esta dissertação se propôs a avaliar as demandas dos equipamentos públicos que servem de amparo para os moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, empreendimento viabilizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Ao longo da pesquisa foi apresentado um breve contexto histórico sobre as políticas habitacionais do país a partir da década de 1930 até o ano de 2009 em que foi lançado o PMCMV, bem como a apresentação do programa na cidade de Feira de Santana – Bahia. O recorte realizado para a pesquisa foi o Residencial Viver Alto do Rosário por ser o maior residencial faixa 1 do programa no Nordeste. Ao longo do trabalho realizado afixa-se que os equipamentos públicos estudados – escola, creche e unidade de saúde - que estão no entorno do empreendimento, não possuem condições necessárias para suprir as necessidades dos moradores, impactando diretamente na qualidade de vida nos mesmos. A investigação foi realizada através de visitas realizadas ao residencial e aos equipamentos selecionados e entrevistas com os sujeitos sociais, buscando-se respostas sobre a realidade investigada. Concluiu-se que apesar do empenho dos profissionais e da comunidade, e das lideranças comunitárias para buscar melhorias na qualidade dos serviços prestados, as demandas ainda são latentes e não foram atendidas, fazendo com que cada dia seja um desafio a ser superado enquanto aguardam a efetividade dos direitos da sociedade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Programa Minha Casa Minha Vida, Equipamentos-públicos.

ABSTRACT

This dissertation aimed to evaluate the demands of public facilities that serve as support for the residents of Residencial Viver Alto do Rosário, an enterprise made possible by the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV). Throughout the research, a brief historical context about housing policies was presented. from the 1930s to the year 2009 when the PMCMV was launched, as well as the presentation of the program in the city of Feira de Santana - Bahia. The largest residential range 1 of the program in the Northeast. During the work carried out, it is verified that the public facilities studied - school, day care center and health unit - which are in the vicinity of the project, do not have the necessary conditions to meet the needs of the residents, directly impacting their quality of life. The investigation was carried out through visits to the residential and equipments selected and interviews with social subjects, seeking answers about the investigated reality. It was concluded that despite the commitment of professionals and the community, and community leaders to seek improvements in the quality of services provided, the demands are still latent and have not been met, making each day a challenge to be overcome while await the effectiveness of society's rights.

Keywords: Public Policies, Minha Casa Minha Vida Program, Public facilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matéria Jornal O Globo.....	25
Figura 2 - O Residencial Viver Alto do Rosário	53
Figura 3 - Reportagem sobre a Inauguração do Residencial Viver Alto do Rosário	54
Figura 4 - Acesso à Rua Itatiaia.....	57
Figura 5 - Ofício 003/2020 sobre as Obras na Rua Itatiaia	58
Figura 6 - Trecho da Rua Itatia	59
Figura 7 – Rua Itatiaia e o acesso a USF e Ponto de Ônibus Escolar.....	60
Figura 8 - Outro Ângulo da Rua Itatiaia.....	60
Figura 9 - Ofício 02/2018 sobre o acesso A USF Alto do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.....	62
Figura 10 – Rua Albânia e o acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.....	63
Figura 11 - Rua Albânia em 2022 e o acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro	64
Figura 12 - Rua Albânia em outro Ângulo e o Acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro	65
Figura 13 - Entrada da Unidade de Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.....	68
Figura 14 - Portão de entrada da Unidade de Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho	68
Figura 15 - Espaço Lateral à Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E li Dr. Eduardo Celso DaltroFonte: Pesquisa de Campo. 2022	69
Figura 16 - Ofício Dia 18 De Julho de 2018 sobre Reivindicações USF.....	70
Figura 17 - Instalações da Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E li Dr. Eduardo Celso Daltro.....	71
Figura 18 - Consultório de Enfermagem da Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro.....	72
Figura 19 - Sala de Atendimento da Unidade de saúde da Família- Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro.....	72
Figura 20 - Espaço Lateral da Unidade de Saúde da Família Alto Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.....	74
Figura 21 - Ofício 01/2017 Solicitação de Reunião sobre o Aumento de Cotas nas Unidades de Saúde da Família Fonte: Pesquisa de Campo. 2022	78

Figura 22 - Ofício 07/2019 Solicitação de Reunião Com o Prefeito sobre Pautas Da Comunidade com Equipamentos Públicos.....	80
Figura 23 – Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros	82
Figura 24 - Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros	83
Figura 25 - Escola Municipal Theodulo Bastos de Carvalho Junior.....	84
Figura 26 - Centro Municipal de Educacao Infantil Manoel Anchieta Nery de Souza	85
Figura 27 - Ofício 001/2017 sobre acessibilidade ao transporte escolar municipal.	90
Figura 28 - Centro Municipal de Educação Infantil Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura	92
Figura 29 - Fila no Dia Anterior às Matrículas do Centro Municipal de Educação Infantil	94
Figura 30 - Moradores do Residencial Viver Alto do Rosário na Fila no dia anterior às Matrículas.....	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Feira de Santana.....	46
Mapa 2 - Localização dos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Em Feira De Santana-Ba	51
Mapa 3 - Distância entre o Residencial Viver Alto do Rosário e a Unidade de Saúde da Família Alto Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.....	76
Mapa 4 - Distância entre O Residencial Viver Alto do Rosário e os Equipamentos públicos educacionais Estudados na Pesquisa.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Feira De Santana: Conjuntos Habitacionais - Décadas de 1960 e 1970	29
Tabela 2 - Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Década de 1980	30
Tabela 3 - Distribuição da Aplicação do Programa Habitar Brasil Operado pela CEF.	35
Tabela 4 – População de Feira de Santana e de Algumas Capitais Brasileiras – 1980 e 2010	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Concessões de Benefícios pelo Minha Casa Minha Vida por Faixa de Renda.	41
Quadro 2 - Empreendimentos Entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Feira de Santana	49
Quadro 3 - Identificação Cartográfica dos Residenciais do PMCMV	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
HBB	Programa Habitar Brasil BID
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOPs	Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCM	Programa Minha Casa Minha Vida
PMFS	Prefeitura Municipal de Feira de Santana
PNE	Pessoa com Necessidade Especial
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UND	União Democrática Nacional
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: BREVE DISCUSSÃO	22
3.1 A HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA BAHIA (URBIS).....	27
3.2 A CRIAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO CIS E A URBIS EM FEIRA DE SANTANA.....	28
3.3 A EXTINÇÃO DO BNH.....	31
3.4 OS PROGRAMAS PRÓ-MORADIA, HABITAR BRASIL, HABITAR-BRASIL/BID E MORAR MELHOR.....	32
4 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	38
4.1 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) NO BRASIL.....	38
4.2 FEIRA DE SANTANA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).....	45
4.3 O RESIDENCIAL VIVER ALTO DO ROSÁRIO.....	53
5 VIAS DE ACESSO E INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS E UNIDADES DE SAÚDE	56
5.1 ACESSO A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ALTO DO ROSÁRIO I E II DR. EDUARDO CELSO DALTRO COELHO.....	56
5.2 INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ALTO DO ROSÁRIO I E II DR. EDUARDO CELSO DALTRO COELHO.....	71
5.3 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: ESCOLAS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEI)	81
5.3.1 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LÍDICE ANTUNES BARROS.....	81
5.3.2 ESCOLA MUNICIPAL THEODULO BASTOS DE CARVALHO JUNIOR.....	84
5.3.3 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL MANOEL ANCHIETA NERY DE SOUZA.....	84
5.3.4 O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROF. DR. EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA.....	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAS	96
7. REFERÊNCIAS	100
8. APÊNDICES	103

1. INTRODUÇÃO

Os problemas sociais sempre permearam vários questionamentos sobre a necessidade da intervenção das políticas públicas no Brasil, especialmente para as pessoas que estão em vulnerabilidade social; estas, necessitam de atenção especial dos governantes, justamente pela condição em que se encontram. Dessa forma, os governos nas diferentes esferas (federal, estadual, municipal) têm o papel, não apenas de intervir, mas também de acompanhar as resolutivas dessas ações.

O despertar para a pesquisa, deu-se pela necessidade de buscar respostas acerca de questões que foram vividas empiricamente no período entre 2017 e 2018, quando realizou-se trabalho como técnica social para Prefeitura Municipal de Feira de Santana, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Chamou atenção a qualidade estrutura dos equipamentos públicos situados nos bairros onde foram construídos os Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), especialmente aqueles destinados à denominada Faixa 1.

A vontade abrolhou, por vivenciar as dificuldades que foram relatadas pelas pessoas que lá residiam, e conseqüentemente conviviam com situações que as impediam de obter recursos básicos para a sobrevivência, tais como: como consultas médicas; vagas em escolas e creches etc.

Desta forma, foi percebido que as demandas dos moradores pelos equipamentos públicos, interferiam diretamente na qualidade de vida das pessoas, fazendo com que os percalços ocasionados pelas queixas deixassem os condôminos sem o amparo necessário para ter o mínimo garantido através da viabilização dos serviços oferecidos pelos equipamentos.

Dentre os relatos dos moradores além da percepção enquanto profissional vivenciando a rotina das famílias, também foi percebido a dificuldade de acesso ao posto de saúde, por exemplo, que é a referência para marcação de consultas, atendimento de urgência e emergência, assim como a prevenção e tratativa de doenças, visto que ao identificar a dificuldade de um morador com comorbidade para chegar ao local, muitas vezes pode indicar que o mesmo não terá o amparo necessário quanto ao serviço prestado.

Buscou-se investigar as políticas habitacionais, em especial o PMCMV, diante da exiguidade de estudos sobre o tema, especificamente em Feira de Santana. Sabe-se que Araujo (2016) e Helfenstein (2018), realizaram pesquisas sobre a questão,

porém, os autores não analisam a disposição da infraestrutura dos equipamentos dos equipamentos públicos nos residenciais do PMCMV, confirmando a importância da realização desta investigação.

Nessa perspectiva, torna-se necessário identificar os critérios para a localização dos equipamentos públicos, e verificar como estão distribuídos, porque estes devem ter por função precípua o atendimento dos moradores dos residenciais do PMCMV faixa 1, porquanto em sua maioria, têm apenas os mesmos, como referências para alcançar as demandas básicas fundamentais para a sobrevivência e dignidade, tendo em vista a necessidade de valorização da essência humana.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foi lançado pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), em 2009, articulado com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) pode ser definido como instrumento valioso na provisão habitacional. O objetivo principal é conferir sustentabilidade ao processo de mobilidade social, trazendo a proeminência no segmento social, que está na faixa 1 do programa, ou seja, famílias com a renda mensal de até R\$ 1.800,00. Estes recebem financiamento por um período de até 120 meses para a compra do imóvel, dividindo em prestações mensais que variam entre R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar.

Em Feira de Santana, o primeiro residencial do PMCMV foi inaugurado em 2010, o residencial Nova Conceição, localizado no bairro Conceição, situado em uma área que dista cerca de 6 km do centro da cidade, e é destinado a 440 famílias classificadas na faixa 1 do programa.

Segundo dados da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do município, o programa em Feira de Santana teve inscrição nos anos de 2009 e 2012 e houve 103 mil pessoas inscritas; foram entregues 45 empreendimentos do MCMV faixa 1, perfazendo o total de 19.422 unidades habitacionais. A maioria está localizado em parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, a Avenida Eduardo Froes da Mota, com exceção do Residencial Bela Vista I, localizado no bairro Tomba, à cerca de 6,2 km do centro urbano.

Com base nas observações empíricas realizadas por meio de visitas a alguns dos residenciais, percebe-se a existência de gargalos relacionados à infraestrutura, a exemplo da precariedade da iluminação nos bairros, que corrobora para que a população esteja mais vulnerável à violência tais como, furto e roubo, assim como a má qualidade dos serviços de transporte coletivo.

Outro ponto que foi observado é a falta de pavimentação adequada nas ruas dos bairros onde se localizam os residenciais, e na maioria dos casos, em período de chuvas, há alagamentos das vias, dificultando a locomoção além de deixar a população exposta doenças, tais como a leptospirose, cólera, dengue e chikungunya etc.

Buscando informações no site da Caixa Econômica Federal, identificou-se que segundo a instituição, equipamentos públicos são elementos destinados à assistência social, segurança e outros, a critério da Secretaria Nacional de Habitação (SNH). “A contratação de equipamentos públicos é realizada pela Caixa Econômica Federal, a partir de indicação do terreno pelo Poder Público (...)” os valores a serem custeados pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), “para a edificação dos equipamentos públicos está limitada a 6% (seis por cento) do valor da edificação e infraestrutura do empreendimento ao qual ele está vinculado.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

Nos bairros onde se localizam os residenciais pode-se observar que não há distribuição efetiva dos equipamentos, falta de vagas nas escolas e creches que contemplem as crianças e jovens em idade escolar, fazendo com que, os moradores que não possuem condições de pagar transporte para os seus filhos estudarem em bairros mais distantes, fiquem sem matriculá-los nas instituições, acarretando em problema social que interfere no desenvolvimento educacional das crianças e jovens desses residenciais.

Além disso, a dificuldade de acesso aos cuidados básicos para prevenção e tratamento de doenças compromete a saúde dos moradores, e a observação empírica permitiu ver que o acesso ao posto de saúde nem sempre é fácil, além da dificuldade na marcação e consultas, fato recorrente para quem depende do Sistema Único de Saúde (SUS). Acrescente-se a isso, a dificuldade no trajeto entre o residencial e a unidade básica de saúde, fazendo com que as crianças, especialmente na primeira infância, não tenham os cuidados básicos, como vacinas e consultas de rotina.

A entrega do primeiro residencial no município ocorreu em 2010, e mesmo passado dez anos, os moradores sofrem com questões latentes como a depredação das áreas comuns, como quiosques, playground e quadras poliesportivas. Estes problemas também estão presentes em outros residenciais entregues em Feira de Santana-Ba pelo PMCMV.

Com base na vivência como técnica social trabalhando na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO), foi possível perceber que os moradores que residem nos residenciais do PMCMV são diretamente afetadas pela dificuldade de acesso a esses equipamentos, tais como os que foram selecionados para esta pesquisa: creches, escolas e postos de saúde.

Pode-se tomar como exemplo mais nítido as crianças que não são matriculadas nas escolas pela ineficiência locativa de vaga no bairro, e disponibilização de transporte escolar que viabilize o acesso destes a outros bairros, onde existe a vaga, somando-se o fato de que os moradores não recebem os cuidados necessários para prevenção e ou tratamento de doenças devido à dificuldade acesso ao posto de saúde destinado aos moradores do residencial.

Em visita a alguns desses equipamentos, em especial, aqueles que estão localizados no bairro Mangabeira, próximo ao Residencial Viver Alto do Rosário – espaço selecionado para efetivação da pesquisa - percebe-se que os profissionais que prestam serviços para os moradores, precisam lidar com questões que vão além da infraestrutura dos locais de trabalho, mas também com demanda da população por diferentes serviços oferecidos pelos equipamentos públicos, a exemplo do residencial supracitado que contempla cerca de mil e seiscentas famílias, perfazendo o total de nove mil pessoas.

Para estes é destinado um posto de saúde para atendimento de serviços de saúde, vacinas, acompanhamento das gestantes no pré-natal, atendimento clínico e especializado, aconselhamento e orientações preventivas para a saúde, prestação de primeiros socorros, implementação de campanhas de prevenção de doenças.

Assim como os residenciais são alocados de acordo com a escolha dos órgãos públicos - governo municipal e federal - também ocorre com definição do local onde serão implantados os equipamentos públicos, sendo assim torna-se imprescindível que estes espaços sejam humanizados e acolhedores para os usuários.

Os profissionais - professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, agentes comunitários de saúde - que prestam serviços à população, também precisam receber o apoio necessário para exercer suas funções e otimizar os atendimentos da forma mais efetiva possível, não apenas no local físico de trabalho, mas também com a quantidade de recursos humanos suficientes, material de apoio para realização dos procedimentos e valorização profissional. A falta de políticas públicas efetivas para atendimento à população local no que se refere ao acolhimento a partir da

infraestrutura dos equipamentos públicos, tais como creches, escolas e postos de saúde, torna-se evidente no cotidiano o que impeliu o desejo de investigar para explicar as facetas principais do problema.

Nessa perspectiva, a pesquisa respondeu as seguintes questões:

- Quais os critérios utilizados pelo poder público para a distribuição dos equipamentos públicos para o Residencial Viver Alto do Rosário?
- A localização deles, facilita o acesso dos moradores do Residencial Alto do Rosário?
- A infraestrutura dos equipamentos públicos como, creches, escolas e postos de saúde, tem condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores do Residencial Alto do Rosário?

Para a realização da pesquisa, definiu-se como objetivo geral analisar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) além da casa, analisando a disposição da infraestrutura dos equipamentos públicos nos Residenciais do PMCMV. Especificamente explicou-se os critérios utilizados pelo poder público para a distribuição dos equipamentos públicos em Feira de Santana especialmente no bairro Mangabeira, além disso, identificou a localização dos mesmos, verificando se conferem facilidade de acesso aos moradores do Residencial Alto do Rosário. Buscou-se também analisar se a infraestrutura dos equipamentos públicos como, creches, escolas e unidades de saúde, têm condições efetiva para atendimento das demandas dos moradores.

A importância da pesquisa resume-se ao fato de não ter-se encontrado estudos sobre o objeto em Feira de Santana assim, com base em experiências empíricas vivenciadas durante o período em que exerceu-se a função de Técnica Social na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Verificou-se a necessidade de trazer novas perspectivas e elucidar questões sobre o tema que é atual e traz inquietações não apenas ao sujeito morador, que paga pelo do empreendimento, mas também pela sociedade, que investiu e financiou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que provém dos recursos públicos.

Composta por cinco capítulos, a dissertação foi estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo, a introdução, expõe o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como a justificativa e as questões de pesquisa.

O segundo capítulo indica os percursos metodológicos para a realização da investigação. O terceiro capítulo intitula-se Políticas Habitacionais no Brasil: breve

discussão e trata de uma reflexão sobre os principais programas e projetos habitacionais no país a partir de 1930 até a instituição do PMCMV em 2009, este, alvo do quarto capítulo que trata da apresentação do referido programa bem como a sua implementação no município de Feira de Santana.

O quinto capítulo traz às informações coletadas nas visitas de campo, através de registros fotográficos, e a documentação fornecida pelos moradores, os relatos através das entrevistas realizadas com os profissionais da educação e da saúde, líderes comunitários e gestores municipais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Faz-se necessário dispor sobre a importância do tema, isto é, as políticas habitacionais no Brasil, especialmente o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e a disposição dos equipamentos públicos, tais como, escolas, creches e postos de saúde, selecionados para análise, visto que, interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, a pesquisa tem como foco explicar o objeto e trazer questões consideradas importantes para explicação da realidade em Feira de Santana.

De acordo com Gil (2002, p.?) a pesquisa:

é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 2002, p. ?)

A definição de um referencial teórico-conceitual e metodológico tem por meta atender aos objetivos da pesquisa, ou seja, o de consolidar a discussão alicerçada em bases conceituais e teóricas. Na visão de Minayo (2003, p. 16)

Enquanto abrangência de concepção teóricas de abordagem, a teoria e metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática. (MINAYO, 2003, p. 16)

No primeiro momento, foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema de forma buscando elaborar uma discussão que embasasse a pesquisa. A pesquisa bibliográfica é de suma importância, visto é necessária para ratificar a relevância do tema que já fora abordado por outros autores, tendo em vista a necessidade de atualização do tema abordado.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido

algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. AS pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se opõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44)

Para o autor, os livros constituem fontes bibliográficas por excelência, e podem ser classificados como leitura corrente ou de referência: o primeiro abrange obras de diversos gêneros, tais como: romance, poesia e teatro, e podem ser obras de divulgação quem têm por objetivo proporcionar o conhecimento científico ou técnico.

Os livros para referências, também denominados livros de consulta, tem a finalidade da possibilidade de obtenção rápida da informação ou então a localização das obras que as contêm. Gil (2002) destaca dois tipos de livros de referência: os livros de referência informativa, que contém a informação que se busca, e podem ser dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques, e os livros que remetem a outras fontes, que são classificados como livros de referência remissiva que podem ser chamados globalmente de catálogos.

O autor destaca que há vários tipos de catálogos que podem ser classificados de acordo com o critério de disposição de seus elementos. Gil (2002) ressalta que os tipos de catálogo mais importantes são: alfabético por autores, alfabético por assunto e sistemático. No tipo sistemático as obras são ordenadas segundo as referências lógicas de seu conteúdo.

Para a pesquisa bibliográfica, o autor ressalta também as publicações periódicas que são as editadas em fascículos, que podem ser com intervalos regulares e irregulares, tratando de assuntos diversos, relacionados a um objetivo mais ou menos definido com a colaboração de vários autores. As principais publicações periódicas são os jornais e revistas - essas últimas são nos tempos atuais as mais importantes fontes bibliográficas, nos jornais as matérias são caracterizadas pela rapidez, e nas revistas o material publicado tende a ser mais profundo e com melhor elaboração.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de

pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*, todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 45)

Foi realizada pesquisa na Biblioteca Central Julieta Carteado (BCJC), no Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) que foram essenciais como espaço de busca de informações em livros, revistas, jornais etc. Rolnik (2016) serviu de base para explicar as políticas públicas sobre habitação no Brasil, e sobre Feira de Santana, recorreu-se a produção de Carmo (2009) e Santo (2012).

A apresentação sobre políticas públicas habitacionais tem base em pesquisa em livros, artigos, revistas, matérias em jornais que contemplem o tema e contará com a linha do tempo que se inicia na década de 1930, com o então presidente da república, Getúlio Vargas, até os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atualmente, perfazendo o objeto de estudo que são a avaliação dos equipamentos públicos.

Para realização desta pesquisa, selecionou-se para a análise, e discussão do problema, alguns elementos considerados importantes e que interferem na qualidade de vida dos moradores, tais como, o número de vagas ofertadas nas creches, escolas, assim como a especificidade do atendimento nas unidades de saúde.

O recorte utilizado para pesquisa, foi a modalidade de faixa 1 do Programa, voltado a população com renda de até R\$ 1.800,00, e subsidiado em completo pela Caixa Econômica Federal, para famílias.

A escolha do Residencial Viver Alto do Rosário se deu pois, é o maior Residencial implantado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Feira de Santana, contando com cerca de 1.600 unidades habitacionais.

Também fora realizado o recolhimento de informações junto a Secretaria Municipal de Habitação, tais como Lista dos Residenciais Entregues pelo PMCMV, até o ano de 2017, para a tabulação de dados que serão apresentados ao longo da dissertação.

Foi realizado mapeamento dos Equipamentos Públicos selecionados - Creche, Escola e Unidade de saúde. A importância do mapeamento se caracteriza por trazer

a possibilidade de clarificar a localização espacial destes em relação ao Residencial escolhido para a pesquisa.

O mapeamento foi feito por ferramentas de mapeamento digital com a utilização do Programa de Sistema de Informação Geográfica ArcGIS, com os dados através de informações da Prefeitura Municipal de Feira de Santana e vetorizados manualmente para criação de polígonos com a finalidade de delimitar a área dos Residenciais do PMCMV em Feira de Santana. Também foi utilizado a ferramenta *ArcGIS Network Analyst* que simulará as rotas de acesso entre o Residencial e os Equipamentos públicos selecionados.

Foi realizada pesquisa de campo com visita aos equipamentos públicos selecionados (creche, escola e unidade de saúde) para registo de fotografias realizadas com aparelho telefônico móvel, dos equipamentos.

Na pesquisa de campo também se aplicou entrevistas semiestruturadas com os profissionais que atuam nos equipamentos supracitados, profissionais da educação e da saúde. As entrevistas foram fundamentais para pesquisa visto que a percepção dos profissionais que trabalham diretamente com os moradores dos residenciais é de suma importância para o estudo.

Fez-se necessário também, a entrevista com representantes do poder público como Prefeito Municipal de Feira de Santana, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Educação, para que estes, explicassem sobre a disposição de demanda dos equipamentos e como se apresenta a escolha da logística no que tange o local definido para implementação dos equipamentos públicos.

A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta. (MANZINI, 2012, p. 156)

As entrevistas agendadas foram enviadas via e-mail e contaram como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinados pelos profissionais da educação, saúde e líder comunitário no ato da entrevista.

Realizou-se cinco visitas de campo para registro em fotos, no Residencial Viver Alto do Rosário. A contribuição dos moradores do residencial foi fundamental para o

registro fotográfico do Centro Municipal De Educação Infantil Manoel Anchieta Nery de Souza, Escola Municipal Theodulo Bastos de Carvalho Junior, Escola Municipal Professora Lídice Antunes Barros, que segundo eles são as mais frequentadas pelas crianças e jovens. Visitou-se também a Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e I Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.

O Registro fotográfico foi realizado com dispositivo móvel (celular), a tela possui resolução de 1334 x 750 pixels a 326 ppp e câmera grande-angular de 12 MP/Grande-angular: abertura $f/2.2$, tais especificações foram suficientes para o registro fotográfico de qualidade.

A pandemia que atingiu o Brasil em março de 2020, pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), causando a COVID-19, dificultou a pesquisa, principalmente no acesso as pessoas (moradores, gestores públicos, profissionais de educação e saúde) devido ao fato da recomendação do Ministério da Saúde, de isolamento e distanciamento social. Com o fato supracitado a ida a campo foi adiada e mesmo com a realização da visita aos locais - residencial, escola, creche e unidade de saúde - a atividade ainda contou com algumas limitações e sempre prezando pelo distanciamento e uso de máscara e álcool em gel.

Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores públicos, tais como, Secretária Municipal de Habitação, para buscar informações sobre a disposição e infraestrutura dos equipamentos públicos na cidade, em especial para o residencial utilizado como recorte da pesquisa. Na oportunidade de inauguração do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, foi entrevistado o Prefeito Municipal, Colbert Martins da Silva Filho, e a Secretária Municipal de Educação, Anaci Bispo Paim, as entrevistas foram informais e tiveram sua autorização expressas através de registro por áudio. A pesquisa também contou com entrevista dos profissionais que atuam nas escolas, creche e unidade de saúde, com o intuito de constatar quais as principais demandas encontradas acerca da infraestrutura e oferta e demanda de vagas nos equipamentos selecionados. Alguns entrevistados sentiram-se mais confortáveis em realizar o registro por meio de áudio ou escrever as respostas manuscritas e enviá-las através de registros fotográficos por aplicativo de mensagens.

A pesquisa documental também foi utilizada no processo investigativo através do amparo legal das diretrizes que orientam a implementação dos equipamentos públicos nos arredores dos empreendimentos do PMCMV, bem como da

apresentação dos ofícios que registraram ao longo dos anos as reivindicações dos moradores.

O estatuto das cidades, Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001, que dispõe da política urbana e da responsabilidade dos municípios em garantir as funções sociais da cidade, também serve como amparo desta pesquisa, contribuindo para fazer-se a leitura sobre o direito à cidade.

3 POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: BREVE DISCUSSÃO

As políticas habitacionais são fundamentalmente importantes no Brasil diante da necessidade de fornecer o direito à moradia, aos habitantes, direito contemplado no artigo XXV na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Dessa forma, busca-se contemplar as informações relacionadas as principais políticas habitacionais implementadas no Brasil a partir do período intitulado Era Vargas em que a república brasileira foi presidida por Getúlio Vargas, estendendo-se de 1930 a 1945 até a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

O período Getulista, iniciado em 1930 implanta o modelo de substituição das importações que interferem na estrutura das cidades, impulsionando a população migrar do campo para a cidade, pois a industrialização, faz com que houvesse um impacto significativo na urbanização.

Para compreender melhor a dinâmica populacional e a política habitacional é necessário que se entenda as mudanças econômicas pela qual passou o país, haja vista que o processo foi também acompanhado de mudanças na distribuição demográfica dentro do próprio território nacional, tendo as políticas públicas como as principais geradoras das transformações da estrutura produtiva, utilizando como força motriz a industrialização. (SANTO, 2012, p. 71)

A industrialização no período, faz com que, segundo Santo (2012), a Região Sudeste do país ganhasse mais destaque no crescimento econômico, ao passo que o setor agrário seguia sem ser considerado prioridade pelo estado. Os dois fatores da política econômica interna são dinamizados por um elemento externo, que é o desenvolvimento industrial depois da I Guerra Mundial. Para a autora, a infraestrutura urbana do país não acompanhou a dinâmica econômica, fazendo com que a população recorresse ao Estado para sanar os problemas, sobretudo da carência de habitação.

Como consequência direta disto, observa-se o aumento das pressões populares sobre o Governo, haja vista, que o pensamento da população era o de que o Estado deveria ter uma política de bem-estar

social, resolvendo os problemas nas cidades, principalmente no que tange à moradia e à infraestrutura. (SANTO, 2012, p. 71)

No período do governo Vargas a demanda por habitação ganha ainda mais força, haja vista o processo de migração do campo para a cidade e a idealização da casa própria utilizada como instrumento de poder como relata Duarte (2013, p.17):

É no Estado populista de Getúlio Vargas que a habitação ganha novo sentido, o sentido de instrumento de poder, a fim de servir à população como ideário da casa própria, objeto de consumo perseguido a todo e qualquer custo pelas famílias, a fim da inserção no espaço urbano e pelo governo para manutenção do sistema político.

De acordo com a autora, é nesse período que o governo assume o posicionamento de prover a moradia popular, diante dos excedentes econômicos gerados pelo café, que levaram a um crescimento da oferta moradia de aluguel para as classes que até então ansiavam por essa demanda. Segundo a autora,

Fatores como o direcionamento dos excedentes econômicos, gerados pelo café na produção de novas formas de habitação e pela quase inexistente condição de aplicação financeira na indústria, mediante as oscilações mercantis da economia cafeeira, levaram a um crescimento da oferta de moradia de aluguel para a classe trabalhadora média e baixa. Diante da impossibilidade do mercado de satisfazer as demandas crescentes por habitação, Getúlio Vargas assume uma nova postura em relação ao problema. A partir de 1934 o governo retira do mercado privado a responsabilidade em ofertar a moradia à massa popular e transfere a si e ao próprio operário o custo da moradia. (DUARTE, 2013, p. 8)

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a em meados da década de 1940 também houve um crescimento da população urbana, devido a saída das pessoas do campo para a cidade na tentativa de buscar melhoria na qualidade de vida, visto que esse espaço, se insere no processo de modernização para equiparar-se as cidades europeias, com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros.

O período Getulista, a partir do ano 1930, modificou profundamente a estrutura das cidades brasileiras ao dar início a uma grande industrialização baseada no modelo de substituição de importações, principalmente porque como já vimos, a industrialização vem acompanhada da urbanização. Nesta época tem-se um crescimento

da população urbana de 11,3% em 1920 para 31,2% em 1940. (BOTEGA, 2008, p. 4).

Em 1946, foi instituído a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão federal destinado especificamente à questão habitacional no Brasil, buscando atender a demanda habitacional, e das classes dominantes, que clamavam por alocar a classe trabalhadora nas indústrias. A fundação não obteve êxito e as famílias tiveram que recorrer a construção de casas por conta própria, em maioria sem a estrutura necessária para sobrevivência.

A solução encontrada pela população de baixa renda que chegava à cidade, foi adquirir lotes nas periferias urbanas, criando-se a lógica da moradia distante autoconstruída, mas própria, ao invés do pagamento de aluguel. Destaca-se que este tipo de despecho é observado ao longo da história brasileira e, até os dias atuais, é ainda uma alternativa utilizada. (SANTO, 2012, p. 73)

Com as políticas de industrialização implantadas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), incentiva-se a migração das populações do campo para a cidade e o êxodo rural, fazendo com que fosse necessário a criação de medidas de viabilização da casa própria, principalmente nas camadas populacionais mais vulneráveis economicamente.

Botega (2008) relata que entre os anos de 1940 e 1960 impulsiona-se a política de habitação, na tratativa de aquisição da casa própria, este, ofertado pela Caixa Econômica Federal e pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS), ou por bancos que tinham por finalidade incorporações imobiliárias.

Antes mesmo do golpe militar, a campanha presidencial de Carlos Lacerda, político e jornalista que se opunha as ideais de Getúlio Vargas, em 1950, já havia pautado o interesse de instituir um Banco Nacional de Habitação Popular para entregar milhões de casas próprias para a população brasileira.

Carlos Lacerda, ganhou a alcunha de "demolidor de presidentes", por ter sido opositor de chefes de governo, em especial do governo de Getúlio Vargas. O político era líder da União Democrática Nacional (UDN) a organização fora caracterizada por,

Três fases, inter-relacionadas porém distintas na ênfase dada ao 'inimigo principal' da luta política, resumem a história da UDN: 1) a fase da oposição sistemática a Getúlio Vargas (quanto à política social e à intervenção do Estado na economia); 2) a fase de denúncias de

corrupção administrativa, visando atingir a aliança governista PSD-PTB e que explica a aproximação com o moralismo janista, e 3) a fase do anticomunismo radical, que explica a reaproximação com Ademar de Barros, e que culminaria na participação ativa na deposição de João Goulart. (FGV, 2022)

A figura 1 retrata a matéria do jornal O Globo, intitulada ‘Lacerda em Curitiba: Quer-se a desordem para se chegar à implantação do comunismo’ tinha por objetivo destacar o discurso do governante que era contra desapropriação de propriedades particulares na tratativa de aplicação da reforma agrária.

Figura 1 - Matéria Jornal O Globo



Fonte: Jornal O GLOBO, 1963.

O então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, udenista, tinha como pauta a oposição da reforma agrária nas propriedades particulares, trazendo a resolutiva para o Ministério da Agricultura, como demonstrado acima da matéria do dia 29 de Abril de 1963, Vespertina, Geral, página 1, disponibilizado no Jornal O GLOBO.

A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma ‘associação de partidos estaduais e correntes de opinião’ contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal

adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e o movimento político-militar de 1964. (FGV, 2022)

Em 1964, após o golpe militar, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) para estimular a construção de habitações de interesse social, fazendo com que as habitações populares fossem tratadas como prioridade.

Em 1964, após o Golpe Militar que derrubou o governo João Goulart, o novo governo que se estabelece cria o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) com a missão de *'estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda'*. O BNH teve como aporte inicial um montante de 1 bilhão de cruzeiros antigos, e mais um crescimento garantido pela arrecadação compulsória de 1% da folha de salários sujeitos à Consolidação das Leis Trabalhistas do país, o que demonstra que a habitação popular fora eleita um dos *'problemas fundamentais'* do governo Castelo Branco. (BOTEGA, 2008, p. 5). (grifo do autor).

Juntamente com o BNH surgiram também as cooperativas para captação de outros recursos, com a finalidade de viabilizar a construção dessas moradias, sem o êxito de tais atividades, foi criado o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP).

De acordo com Araujo e Fernandes:

as atividades do BNH marcaram também a criação de cooperativas, que objetivavam a captação de outros recursos além dos governamentais, para viabilizarem as construções de habitações. Como este sistema não surtiu bons resultados, foram criados os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) e para a execução da mesma, junto às classes populares, existiam as Companhias de Habitação (COHABs), sendo que na Bahia, a empresa correspondente foi a URBIS. (2010, apud SANTO, 2012, p. 73)

3.1 A Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS)

A Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) foi criada pela Lei nº. 2.114, de 4 de janeiro de 1965, como uma empresa de economia mista, seu principal objetivo era planejar, estudar e executar a política habitacional para todo o Estado da Bahia, vinculado à política do BNH, visando atender a demanda de uma população com renda de 1 a 3 salários-mínimos.

Rolnik (2015) expõe que o BNH fora fruto da coalizão de interesses empresariais, particularmente ligados à indústria da construção civil, desse modo, servindo primordialmente aos interesses das indústrias do ramo imobiliário, assim como da construção civil, na tentativa de suprir o denominado déficit habitacional.

O lançamento do BNH foi fruto da coalizão de interesses empresariais, particularmente ligados à indústria da construção civil, que, a partir do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) – instituição criada em 1961, por empresários e doações do governo norte-americano, para formular uma contraofensiva política à ascensão de João Goulart –, articulou-se à União Democrática Nacional (UDN) e ao lacerdismo. Antes do golpe militar e no âmbito de sua campanha presidencial, 'Lacerda já havia anunciado o compromisso público de instituir um Banco Nacional de Habitação Popular, visando à construção de milhões de casas populares no Brasil inteiro para fazer de cada trabalhador um proprietário e dar às classes médias um lugar ao sol'. Essa posição foi reiterada pelas declarações da primeira presidentado BNH, Sandra Cavalcanti: 'a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade'. (ROLNIK, 2016, p. 315).

Juntamente com o BNH o governo cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma conta de natureza privada que é gerida pelo governo e traz um depósito compulsório de 8% dos empregadores, uma poupança dos trabalhadores, fazendo com que o fundo fosse responsável por fazer do BNH, a segunda instituição bancária do país até o início da década de 1970. O FGTS até hoje é um dos grandes responsáveis pelo fomento das políticas habitacionais no país.

A criação do BNH também se deu para barrar as ideais comunistas e progressistas no país, com a finalidade de que cada brasileiro se tornasse dono do seu imóvel. Dessa forma a política habitacional foi utilizada para barrar os movimentos sociais que lutavam pela casa própria, impondo a população a sensação da tratativa dessa demanda.

Em primeiro lugar, a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país. Em segundo lugar, está ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao 'déficit habitacional', ou seja, na ideia de que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de 'casas próprias' a serem construídas. Em terceiro lugar, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor – a indústria da construção civil –, além de, evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro. Essas três dimensões ganharam maior ou menor proeminência ao longo da história do SFH – cuja arquitetura básica ainda está em vigor, mesmo após a extinção do BNH, em 1986 –, dependendo do grau de influência política dos distintos interesses articulados em torno do sistema. (ROLNIK, 2016, p.315 e 316).

A autora defende três dimensões decorrentes da definição de um organismo financeiro como *locus* de formulação e implementação da política habitacional e da função originária de fazer de cada brasileiro um proprietário, estratégia utilizada também para favorecer os grandes empresários do setor imobiliário que se dá até a atualidade.

3.2 A criação do Plano Diretor do CIS e a URBIS em Feira de Santana

Em Feira de Santana, implantação de conjuntos habitacionais acontece devido ao aumento da rotatividade na área urbana, principalmente pela duplicação da BR-324 e do Anel de Contorno Rodoviário com o objetivo de otimizar o fluxo rodoviário em expansão da cidade. Desta forma, essa demanda é impulsionada por essa infraestrutura dada pelas obras supracitadas. Na visão de Santo (2012, p.154)

Uma das principais atuações do Estado no espaço urbano se dá através da implantação de conjuntos habitacionais e de toda a infraestrutura a eles relacionada que, por sua vez, são incentivados por políticas diversas que normalmente se iniciam no âmbito federal. Este importante elemento foi antecedido e estimulado inicialmente em Feira de Santana, ainda nas décadas de 1950/1960, por duas grandes obras que modificam a estrutura vigente. São elas: a implantação da BR-324, que liga a cidade à Salvador, passando pelo seu centro e interligando dita estrada à BR-116 Sul (Rio-Bahia); e o início da implantação do Anel Viário, como parte da organização da cidade para o grande fluxo rodoviário que seria efetivado, pois este anel conecta a BR-116 S, com a BR-116 Norte. Destaca-se também que este

entroncamento (o anel viário da cidade) se situa a menos de 20 km da BR-101, interligado tanto pela BR-324, quanto pela BA 502.

O processo de modernização urbana e industrial nesse contexto faz com que, segundo Freitas (2014) entre as décadas de 1960 e 1970, ocorra o significativo crescimento da cidade, quando os primeiros seis conjuntos residenciais foram construídos, tal qual demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1- Feira De Santana: Conjuntos Habitacionais - Décadas de 1960 e 1970

Nº	NOME	ANO ¹	TIPO	Nº DE UNIDADES	RESPONSÁVEL
1	Feira I – Cidade Nova	1969	Casa	609	URBIS
2	Feira II – Cidade Nova	1971	Casa	1027	URBIS
3	Centenário	1972	Casa	291	INOCOOP
4	Milton Gomes Costa	1977	Casa	204	INOCOOP
5	Feira III – Conjunto JOMAFSA	1979	Casa	570	URBIS
6	Antônio Carlos Magalhães	1979	Casa	178	INOCOOP

Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de Conclusão.

O Plano Diretor do CIS em 1970, expõe sobre a necessidade de implementação das casas populares para abarcar a população que trabalhava para o projeto de expansão econômica do município. Desse modo, a criação da Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS) foi necessária para amenizar essa demanda, criando os conjuntos habitacionais com a finalidade de prover moradias para os trabalhadores. Freitas (2014) ressalta sobre a manifestação da urbanização constituída pela desigualdade:

O Plano Diretor do CIS (1970) é categórico em afirmar sobre a necessidade da construção de casas populares com o intuito de abrigar a mão de obra que se encaminharia para Feira de Santana em busca de melhores condições de vida. Tem-se, então, uma significativa mobilidade do trabalho, ou migrações bem intensas nas décadas de 1960 a 1980, quando a URBIS construiu diversos conjuntos habitacionais, e estrutura bairros proletários, confirmando a manifestação da urbanização assentada na desigualdade: ruas estreitas, calçadas diminutas, sem arborização e distantes do centro, explicitando a diferenciação entre os espaços, fruto da desigualdade combinada. (FREITAS, 2014, p.286)

A tabela 2 apresenta a conjuntura de implantação dos conjuntos habitacionais na década de 1980 em Feira de Santana bem como a tipologia das moradias que foram construídas pelas operadoras INOCOOP e URBIS.

Tabela 2 - Feira de Santana: Conjuntos Habitacionais - Década de 1980

Nº	NOME	ANO ¹	TIPO	Nº DE UNIDADES	RESPONSÁVEL
1	Morada das Árvores	1980	Casa	270	INOCOOP
2	João Paulo	1981	Casa	410	INOCOOP
3	Vale dos Rios	1982	Apto.	126	INOCOOP
4	Morada do Sol	1982	Casa	340	INOCOOP
5	Feira IV	1982	Casa	413	URBIS
6	Feira V – Arnold Ferreira Silva	1982	Casa	630	URBIS
7	José Falcão da Silva	1983	Apto.	128	INOCOOP
8	Feira VI – Áureo Filho	1983	Casa	530	URBIS
9	Feira VI – Áureo Filho	1983	Lotes	430	URBIS
10	J. J. Lopes de Brito	1985	Apto.	224	INOCOOP
11	Feira X – João Durval Carneiro 1ª Etapa	1985	Casa	1807	URBIS
12	Feira X – João Durval Carneiro 2ª Etapa	1986	Casa	1814	URBIS
13	Francisco Pinto	1987	Casa	517	CEF
14	Parque das Acácias	1989	Apto.	210	INOCOOP

Fonte: Freitas (1997); Santo (2012).

¹ Corresponde ao ano de Conclusão.

Freitas (2014) também discorre sobre a expansão dos bairros Tomba e CIS, objetivando atender o proletariado, ocasionando o alargamento urbano da cidade constituída pelos conjuntos Francisco Pinto, Luciano Barreto e Oyama Figueredo, assim como Feira VII ao sul, e Feira IX a sudoeste.

A criação dos Centros Industriais, resultado das políticas de desenvolvimento regional, contribuiu para a necessidade do provimento de moradias, visto que a migração para a cidade em virtude da industrialização, era cada vez mais latente. Em consequência, surgem os problemas causados pela migração, e ressalta-se a importância da articulação entre as esferas governamentais em fornecer os subsídios necessários na criação da infraestrutura nas cidades.

Dos problemas observados, destacam-se os relacionados aos enormes vazios espaciais que foram produzidos entre a malha urbana e os conjuntos implantados, o que obrigava o governo municipal a levar infraestrutura para aquele espaço, favorecendo a especulação imobiliária pelo beneficiamento das áreas adjacentes, aumentando nesta situação o valor do solo urbano das mesmas. Entre as décadas de 1960 e 1970, são criados programas para implantação de infraestrutura urbana, pois, dentre as prioridades das políticas públicas nacionais, estavam a construção de estradas que interligassem o território nacional, promovendo o desenvolvimento de diversas regiões. (SANTO, 2012, p. 74)

Santo (2012) discorre com referência (Araújo e Fernandes 2010) que, em virtude do crescimento econômico desordenado, em 1970, culminando em uma má distribuição de renda, atrelado a ineficácia do Estado em ratificar uma política habitacional que gerasse bons resultados, tendo-se como consequência o aumento das favelas e das construções ilegais. Desse modo, o governo federal, através do BNH, lança o Programa de Erradicação da Sub-habitação (1979), com o Projeto João de Barro, em que a esfera federal financiava o material de construção, a esfera estadual regularizava o terreno, e a população, entrava com a mão de obra.

Depois destas intervenções diretas, o governo deixa de atuar como um governo de bem-estar social e passa a ser mais liberal, considerando que o mercado capitalista se autorregula e se autogere. Assim, no final da década de 1980 e início de 1990, observa-se a descentralização da política habitacional, que é repassada para o município, que não possui experiência prévia, nem aparato financeiro e institucional e, sobretudo, não tem um marco legal regulamentador. (SANTO, 2012, p. 75)

A criação do BNH beneficiou a indústria da construção civil, favorecendo os grandes empreiteiros, fazendo com que impulsionasse a área e apesar das tentativas do governo federal, não gerou o impacto esperado na provisão de casas para a população de baixa renda, e além dessa perspectiva, ainda houve a problemática da localização dessas residências pois, localizadas em áreas periféricas com falta de infraestrutura, afetava diretamente a qualidade de vida da população, problema este, que perdura até os dias atuais nos programas habitacionais recentes.

O Sistema Financeiro de Habitação -, gerenciado pelo BNH até a sua extinção em 1986, financiou a construção de 4,5 milhões de moradias, que apenas beneficiou 33% da população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados em áreas periféricas, distantes do centro da cidade, desprovidas de infraestruturas de saneamento básico, transporte coletivo, de equipamentos de uso coletivo, dentre outros. (CARMO, 2009, p. 262)

3.3 A Extinção do BNH

Após a extinção do BNH em 1986, a área que compreendia a habitação no país, passou por severa crise que descentralizou as políticas habitacionais e transferiu aos municípios a execução dos programas, fazendo com que o desempenho ficasse

aquém do esperado devido à falta de experiência, de aparato financeiro e institucional e sobretudo, a falta de um marco regulamentador. A maioria das ações se concretizavam através do fornecimento de lotes de terrenos públicos periféricos e de material para autoconstrução. (SANTO, 2012).

De acordo com Bonduki (2008, apud, MELCHIORS, 2016, p. 203),

Durante os vinte e dois anos de funcionamento do BNH (1964-1986), 4,5 milhões de unidades habitacionais foram financiadas, causando significativo impacto na economia do país; entretanto, foi uma política com caráter 'redistributivo às avessas'. [...] apenas 1,5 milhão, ou seja, cerca de 33% das unidades habitacionais destinaram-se aos setores populares e as famílias com menor renda - um a três salários mínimos - foram contempladas com apenas 250 mil unidades (5,9% do total) provenientes de programas alternativos. Por fim, o volume de financiamentos, embora correspondente a aproximadamente 25% das novas moradias construídas no país no período, ficou muito aquém das necessidades geradas pelo acelerado processo de urbanização brasileiro. (MELCHIORS, 2016, p. 203)

Carmo (2009) discorre que, após a extinção do BNH a política habitacional passou a vivenciar intensas crises, pois ficou acéfala, só retomada após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em 1999, diante da crise de moradia que se espalhava na periferia das grandes cidades brasileiras, o Governo Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, formatou um programa voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, denominado Habitar Brasil BID (HBB), que passou a operar numa visão integrada, com ações de cunho social, urbanístico e de engenharia, deregularização fundiária, além de trabalhos de recuperação físicoambientais, educativos e geração de trabalho e renda. (CARMO, 2009, p. 262)

A extinção do BNH trouxe à tona a crise da demanda por unidades habitacionais, e dessa forma, a desordem nas condições de moradia forçara o governo a tomar providências mediante a situação.

3.4 Os Programas Pró-Moradia, Habitar Brasil, Habitar-Brasil/BID e Morar Melhor

A partir de 1995, quatro programas direcionados pelo poder público que visavam reparar o déficit habitacional do período, na provisão de casas voltado a

população de baixa renda em parceria com o poder local e atrelados também a política urbana do país: Pró-Moradia, Habitar Brasil, Habitar-Brasil/BID e Morar Melhor.

Estes programas viabilizaram a construção de 415.794 unidades habitacionais, segundo base Gecoa da CEF, representando pouco mais de 25% do total. Tendo como fonte o Orçamento Geral da União (OGU), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o FGTS, o investimento total atingiu R\$ 2,2 bilhões, resultando em um valor médio por intervenção de R\$ 5.346,00, menor valor por unidade. (CARMO,2006, p. 149)

O Programa Pro Moradia, aprovado no governo do então Presidente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), visava através da utilização dos recursos do FGTS a viabilização de ações para famílias em situação de vulnerabilidade social na tentativa de melhoria na qualidade de vida das famílias que se encontravam em situação de risco.

O Programa Pró-Moradia foi aprovado pelo Conselho Curador do FGTS em 5/7/1995, pela Resolução 181, buscando atender à parcela da população que habita áreas de risco ou de proteção ambiental. O objetivo expresso em lei era apoiar o poder público local, desenvolvendo ações integradas urbanas para melhoria da qualidade de vida das populações em situação de risco. O financiamento ao setor público local, realizado exclusivamente com recursos do FGTS, foi condicionado à apresentação de contrapartida mínima, considerando os diferentes níveis de pobreza das regiões do país. Para as regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste (exclusive Distrito Federal) e Espírito Santo, propunha-se a contrapartida de no mínimo 10% e para o Sul, Sudeste (exclusive Espírito Santo) e Distrito Federal de no mínimo 20% do valor do empreendimento. (CARMO,2006, p. 149)

Segundo Carmo (2006), o objetivo deste programa se constituiu no atendimento de ações que fornecessem não apenas a construção de unidades habitacionais ao segmento populacional de baixa renda, mas também a urbanização de áreas e aquisição de cestas de materiais e investimentos em infraestrutura para áreas de risco e de conjuntos habitacionais.

O Programa Habitar Brasil, executado pelo governo federal com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), também priorizou o atendimento para famílias de baixa renda. Entre os anos de 1996 e 1999 atingiu apenas pouco mais da metade da previsão inicial do governo, e posteriormente com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A política de habitação, ganhou novo fôlego em 1999, com intervenção do governo federal, e formatou um programa voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas. O Programa denominado Habitar Brasil BID (HBB) era gerido pelo Ministério das Cidades, substituído pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional, resultante da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, e oficializado pelo decreto 9.666 de 2 de janeiro de 2019.

Em 1999, diante da crise de moradia que se espraiava na periferia das grandes cidades brasileiras, o Governo Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, formatou um programa voltado à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, denominado Habitar Brasil BID (HBB), que passou a operar numa visão integrada, com ações de cunho social, urbanístico e de engenharia, de regularização fundiária, além de trabalhos de recuperação físicoambientais, educativos e geração de trabalho e renda. (CARMO, 2009, p. 262)

De acordo com o Ministério das Cidades, o Programa tinha como objetivo, melhoria nas moradias que encontravam-se nas favelas, fazendo com que também fossem preservadas as áreas verdes dos entornos

O Programa Habitar Brasil BID (HBB), iniciativa relevante para a questão da melhoria habitacional, da urbanização de favelas e de preservação de áreas verdes, tem-se tornado um forte aliado das comunidades de interesse social, em vista da amplitude de suas ações, principalmente pelo fortalecimento da participação e mobilização comunitária, no que diz respeito ao acompanhamento, participação e avaliação por parte dos comunitários envolvidos (BRASIL, 2004)

O programa Habitar Brasil BID (HBB), incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas para melhorar as condições habitacionais. São promovidas, por exemplo, as seguintes ações: construção de novas moradias, implantação de infraestrutura urbana e saneamento básico, e recuperadas áreas ambientalmente degradadas. A Caixa Econômica Federal é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa. (Caixa Econômica Federal, 2020)

O programa tinha como foco, o desenvolvimento de dois subprogramas: Desenvolvimento Institucional de Municípios/DI e Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS. O primeiro trata da

Criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, por meio da criação ou aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais que permitam a regularização dos assentamentos subnormais, e da capacitação técnica das equipes da prefeitura que atuam no setor. Visa, ainda, propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle e desestímulo a ocupação irregular de áreas. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

O segundo subprograma do Habitar Brasil BID, tem como objetivo a regularização fundiária e a alocação da infraestrutura na área urbana, tratando também da recuperação ambiental nas áreas contempladas.

Objetiva a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária e a implantação de infraestrutura urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020)

A Caixa Econômica Federal operou o programa que teve sua aplicação em um total de US\$ 417,0 milhões de dólares, dos quais US\$ 390,0 milhões de dólares (TABELA 3).

SUBPROGRAMAS	VALOR US\$ MILHOES
DI – Municípios	58,0
UAS	332,0
Total	390,0

Fonte: Caixa Econômica Federal

De acordo com as informações do site da Caixa Econômica Federal (2020) os recursos são operados obedecendo as seguintes diretrizes:

- São aplicáveis ao programa as diretrizes e regras do Contrato de Empréstimo 1126 OC/BR e seus anexos A, B e C, celebrado entre a União e o BID, o Regulamento Operacional, o Manual de Orientações dos Subprogramas DI e UAS e seus anexos.
- É aplicável, também, a Lei de Licitações e Contratos, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei 9.785/99, que altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública), e a Lei

nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos), bem como as instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional: **Instrução Normativa 01/97, de 15/01/1997** – STN: Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos e dá outras providências.

- **Instrução Normativa 02/99, de 10/04/1999** – STN: Dispõe sobre a programação e execução orçamentária e financeira.
- **Instrução Normativa 05/00, de 08/06/2000** – STN: Dispõe sobre o cumprimento do disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- **Instrução Normativa 01/01, de 04/05/2001** – STN: Disciplina o cumprimento das exigências para transferências voluntárias, constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, institui o Cadastro Único dessas exigências (CAUC) e dá outras providências. (grifos do autor)

Por último, o Programa Morar Melhor, com a primeira fase instaurada em 2000, foi o sucessor do Habitar Brasil e tinha como meta, melhorar a qualidade de vida e saúde das famílias que tinham renda de até três salários-mínimos. O Programa obstinava-se a priorizar o atendimento a famílias chefiadas por mulheres, algo até então não aplicado nos programas antecessores.

Era pretensão de o programa universalizar – com a participação de estados e municípios – a cobertura de serviços de saneamento básico, além de ampliar a oferta de moradia, desta forma, enfrentando tanto o déficit habitacional qualitativo quanto quantitativo. Assim como o Habitar-Brasil (primeira fase), este programa foi financiado com recursos do OGU, particularmente com o Fundo de Erradicação da Pobreza – que corresponde a 90% das dotações consignadas na Lei Orçamentária. (CARMO, 2006, p. 157).

Segundo dados da CEF, os recursos do programa que advém do OGU, são repassados aos Estados, Distrito Federal e municípios. Os recursos são depositados na conta específica, aberta pela CEF destinava-se exclusivamente para movimentação de valores relativos à execução do objeto do contrato assinado.

O Programa Morar Melhor tem por objetivo promover ações integradas de desenvolvimento urbano nas regiões de maior concentração de pobreza do país, contribuindo para a universalização da cobertura dos serviços de saneamento básico e ambiental, ampliando a oferta de habitações e promovendo a melhoria das condições de habitabilidade e da infra-estrutura urbana, destinando-se a áreas com frágil base econômica. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020)

Segundo informações da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA), o Programa tem como objetivo na capital baiana, “Prestar assistência técnica gratuita em arquitetura, urbanismo e engenharia na elaboração da unidade habitacional e seu entorno, diminuindo o déficit qualitativo nas habitações de Interesse Social – (HIS).” (SEINFRA, 2020).

Os objetivos da SEINFRA, inclui:

- Elaborar projetos de arquitetura e complementares da habitação de interesse social e habitação popular;
- Adequar os pedidos de regularização da habitação às exigências da legislação urbanísticas do Município;
- Encaminhar e acompanhar, se necessário, os requerentes junto aos órgãos competentes para emissão de documentação com o objetivo de regularizar a propriedade e a construção;
- Atender e fornecer ao público, dados e peças técnicas solicitados por órgãos e entidades Municipais, Estaduais e Federais de acordo com a natureza do pedido;
- Elaborar cadastros de imóveis para fins de regularização da posse ou propriedade e, ainda, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente aos projetos a serem elaborados pelo Setor de Orientação Técnica e Elaboração de Projetos;
- Contribuir para a diminuição do número de construções irregulares da capital baiana.” (SEINFRA, 2020)

As políticas habitacionais no país, foram por vezes construídas, desconstruídas e ressignificadas. A gestão das políticas habitacionais nem sempre foi eficiente e ainda encontra dificuldades e dissoluções. Ainda assim, é perceptível que o Ministério do Desenvolvimento Regional, que fora substituto do Ministério das Cidades, se ajustou ao longo dos anos, mas continua amparando as políticas habitacionais no país.

É válido também ressaltar a importância da Caixa Econômica Federal, enquanto empresa pública. Fundada em 1861, aporta significativa responsabilidade em prover a execução de serviços fundamentais para o desenvolvimento urbano, principalmente nos segmentos vulneráveis socialmente. Deve-se ainda sinalizar que a privatização dessa instituição, como é defendida pelo atual governo, neoliberal de ultradireita, pode representar a deficiência ou anulação do aporte que esta empresa oferece para uma parcela da população.

No próximo capítulo será abordada, a política pública habitacional, tema primordial do objeto de estudo, ou seja, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em Feira de Santana, atualmente sob a gestão da Secretaria Municipal de Habitação.

4 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Nesse capítulo elabora-se uma breve discursão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Brasil, quando fora instituído, evidenciando qual a abordagem do mesmo em Feira de Santana, bem como a disposição dos residenciais faixa 1 entregues até o ano de 2017 através de mapeamento realizado. Também apresenta-se as especificidades do Residencial Viver Alto do Rosário, recorte escolhido para a realização da pesquisa, atualmente, o maior empreendimento do programa da região Nordeste.

4.1 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Brasil

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) trata-se de uma Política Habitacional, lançado pelo governo federal em 2009, articulado com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), podendo ser definido como instrumento valioso na provisão moradia para aqueles que não ainda não possuíam acesso à mesma.

As discussões sobre déficit habitacional no Brasil não é recente, existem trabalhos, a exemplo, de Azevedo (2006) que retrata sobre os desafios da habitação popular que data sobre esta necessidade no final do século XX, segundo o autor,

A rápida urbanização das últimas décadas do século XX – aliada a um processo de “industrialização tardia” que incorporou somente uma pequena parcela dos trabalhadores urbanos – acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público. Entre as diversas carências da população de baixa renda vinculadas ao habitat (saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, transporte etc.), a que apareceu com mais evidência e centralidade foi o déficit de moradia. Esse contexto explica, em parte, não só por que o poder público, em termos de política urbana, priorizou historicamente a questão habitacional, como também a pouca amplitude e o fracasso da maior parte dessas intervenções governamentais. (AZEVEDO, 2006, p. 26)

As desigualdades sociais também são ratificadas pelo autor, quando afirma que as questões aparentemente universais, não são de fácil comparação, haja vista, existe atuações no mercado das diferentes esferas como exemplo dos serviços de saúde, educação, saneamento e educação. Assim,

Em uma sociedade extremamente heterogênea e desigual como a brasileira, questões aparentemente universais como educação, serviços de saúde, saneamento e habitação não são facilmente comparáveis e muito menos intercambiáveis entre alguns dos diversos 'submundos' sociais. Assim, no referente ao habitat, temas como necessidades habitacionais, aluguel, habitação adequada, tamanho de terreno, infra-estrutura, entre outros – que em geral são tratados como se estivessem vinculados a um único mercado –, têm, na verdade, significados muito variados, dependendo dos setores sociais a que se referem. (AZEVEDO, 2006, p. 26)

Quando o PMCMV, surge, traz como objetivo principal é conferir sustentabilidade ao processo de mobilidade social, trazendo a proeminência no segmento social, na faixa 1, ou seja, às famílias com a renda mensal de até R\$ 1.800,00. O acesso à moradia dar-se mediante financiamento em até 120 meses e prestações mensais que variam entre R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar. Porém como é discutido nessa pesquisa, as questões relacionadas à habitação, também demandam outros serviços além da casa, tais como educação e saúde, que apesar de abarcarem nichos diferentes de atuação, não devem ser desassociados.

O referido programa, visa assegurar à população brasileira o direito à moradia digna, uma das determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e ratificado na Constituição Federal de 1988.

Segundo a Declaração Universal dos direitos Humanos no artigo XXV, item 1:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Enquanto isso a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 6º e artigo 23º Inciso IX e determina que:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 23º. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Para Krause, Balbim e Neto (2013) o Governo Federal promoveu mudanças no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com a adoção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na provisão pública de habitação, instrumentalizada pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Segundo os autores:

Uma das mudanças mais importantes foi que o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o principal instrumento de efetivação do SNHIS, mantido com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), praticamente deixou de apoiar a provisão pública de habitação de interesse social. Verifica-se, dessa maneira, que o SNHIS, expressão da política habitacional, instrumentalizado pelo PlanHab e pelo FNHIS assim como por planos e fundos locais de habitação, passou a ter, a partir de 2009, um direcionamento quase que exclusivo para ações de urbanização de assentamentos precários, incluindo o apoio a ações já em andamento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), enquanto a provisão habitacional passou a ser executada por intermédio, também quase que exclusivo, do Programa MCMV. (KRAUSE, BALBIM E NETO, 2013, p.8).

O Programa Minha Casa Minha Vida, foi aprovado em 25 de março de 2009 e transformado em Lei nº 11.977 em 7 de julho do mesmo ano, na contramão da crise iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), intitulada, Crise do Subprime, ocasionada pelo grande número de empréstimos realizados com taxas de juros atrativas, ocasionando em um negócio rentável a curto prazo, pois, no início o crédito era utilizado para comprar o imóvel, conseqüentemente o valor do imóvel aumentara, o aluguel ficava mais caro, e com a renda era possível pagar o empréstimo realizado. Porém, à medida que fora realizada o aumento dos ativos imobiliários, o preço dos imóveis passou a ser desvalorizado, gerando o ciclo inverso do negócio. A medida em que o aluguel era desvalorizado, os investidores não conseguiam honrar com seus compromissos financeiros e a partir dessa situação, o imóvel era leiloado com preços abaixo do comercializado no mercado, fazendo com que houvesse o estouro de uma bolha imobiliária dos títulos hipotecários.

No Brasil, apesar de haver o impacto da crise nos EUA, principalmente por conta das exportações que foram comprometidas, o Programa MCMV surge para “sanar” a demanda pela casa própria às famílias com a faixa de renda até

O governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o programa de provisão de moradias para diversas faixas de renda, amparados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que visava expandir o crédito por meio de entidades públicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências. Em suas seções regulamenta as definições da Estrutura e Finalidade do PMCMV, do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional o PMCMV foi desenvolvido para financiar habitações para famílias com até R\$ 9.000,00 de renda bruta, dividido em quatro faixas, o quadro 1 conta com as informações referentes a distribuição das faixas de renda familiar mensal para a concessão dos benefícios pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Quadro 1 - Concessões de Benefícios pelo Minha Casa Minha Vida por Faixa de Renda.

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2022.

Sobre os meios para que a população tenha acesso às habitações do PMCMV na faixa 1, Cardoso e Aragão (2013) afirmam que:

Faixa 0 a 3 SM – execução via Fundo de Arrendamento Residencial - FAR: a produção é 'por oferta', o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV. (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 37).

O programa, impulsionou o setor da construção civil que, trouxe as construtoras o fomento necessário para aquecer o setor e gerar empregos, até então amparando o setor privado que fora afetado pela crise nos Estados Unidos.

Ainda segundo os autores, as leituras especializadas e avaliações posteriores ao PMCMV, expõem críticas que implicam na necessidade de uma discussão e entendimento sobre o que acontece com os residenciais e os desdobramentos desses empreendimentos. Nessa perspectiva os autores fazem a explanação dessas críticas, indicando que:

Podemos sintetizar essas críticas em 8 pontos: (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. A esses pontos, já destacados por várias análises, acrescentamos ainda (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado. (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44).

Dos pontos listados por CARDOSO E ARAGÃO (2013), surge a necessidade de investigar pontos, que se fazem latentes para o andamento desse trabalho: a falta de articulação com a política urbana e os problemas de localização dos novos empreendimentos; pois o PMCMV não deve ser restrito aos números das unidades habitacionais, mas também deve visar o atendimento das necessidades da população

que ali está alocada. Sobre esta questão Bonduki (2009), citado em Cardoso e Aragão (2013) afirma que:

O programa, por outro lado, não adota o conjunto das estratégias que o PlanHab julgou indispensável para equacionar o problema habitacional, sobretudo nos eixos que não se relacionavam com os aspectos financeiros; em consequência, aborda-o de maneira incompleta, incorrendo em grandes riscos, ainda mais porque precisa gerar obras rapidamente sem que se tenha preparado adequadamente para isso. A localização dos empreendimentos poderá ser inadequada, em áreas carentes de emprego, infraestrutura e equipamentos, correndo o risco, ainda, de gerar impactos negativos como a elevação do preço da terra, que representaria a transferência do subsídio para a especulação imobiliária, desvirtuando os propósitos do programa. Várias estratégias propostas pelo PlanHab, se incorporadas ao Minha Casa, Minha Vida, poderiam ser positivas, como o “subsídio localização”, valor adicional a ser concedido aos empreendimentos habitacionais localizados nas áreas mais centrais e consolidadas. É importante ressaltar, entretanto, que são limitadas as possibilidades do governo federal quanto a garantir uma localização adequada dos projetos se os municípios não estiverem dispostos a isso. Cabe a eles, por meio de seus planos diretores e habitacionais, definir os locais onde é permitida e deve ser estimulada a implantação de novos empreendimentos. CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 44).

A questão da localização como empecilho para a fluidez da mobilidade do sujeito morador também é evidenciada por Rolnik (2010, p.10) no trabalho intitulado “Como produzir moradia bem localizada com os recursos do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA? A importância de moradias bem localizadas para que as pessoas possam ter condições dignas de viver em suas casas”, para a autora:

Todos têm direito à moradia adequada e bem localizada!

Mas ainda é preciso avançar muito para tornar isto uma realidade no Brasil. Grande parte dos domicílios urbanos brasileiros está em más condições, como favelas, cortiços, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais em locais precários. Esta realidade é fruto de políticas de planejamento e gestão urbana excludentes, que não consideram as diferentes demandas sociais e econômicas da população brasileira e são baseadas em padrões de regulação urbanística voltados para setores restritos das cidades. Este modelo de planejamento tem implicações profundas na forma e no funcionamento das nossas cidades: concentração de empregos em poucas áreas; distantes do local de moradia; excessiva necessidade de deslocamentos

e ocupação de áreas de proteção ambiental por falta de alternativas; entre outras. (ROLNIK, 2010, p. 10) (Grifo a autora).

Para a Rolnik (2010) as moradias do PMCMV podem e devem ser bem localizadas pois, dessa forma, ajudará aos moradores em vários pontos importantes que definirão a qualidade de vida. A autora divide em tópicos a que definiu a importância de o poder público construir moradias em áreas que bem localizadas, trazendo o seguinte questionamento:

Por que é importante produzir moradia adequada em zonas consolidadas e bem localizadas? • Para garantir uma cidade equilibrada (moradia e emprego) • Para garantir o aproveitamento e a otimização da infraestrutura existente • Para estimular a diversidade de ocupação e a complementaridade de usos e funções • Para enfrentar a demanda habitacional observando princípios democráticos e redistributivos • Para garantir localização adequada para todas as classes sociais, principalmente para a população de baixa renda • Para minimizar a necessidade de deslocamentos • Para diminuir os impactos ambientais decorrentes do processo de espraiamento urbano • Para contribuir com o cumprimento da função social da propriedade. (ROLNIK, 2010, p. 10).

As políticas urbanas para construções de habitação popular no Brasil, vêm historicamente, sendo implementadas em espaços desprovidos de infraestrutura, com a justificativa que se resume em barateamento dos custos dos empreendimentos. Assim, colocam estas populações em espaços distantes do centro da cidade, e com infraestrutura precária, dificultando o acesso a produtos e serviços essenciais, como: escolas, creches, comércios, postos de saúde, entre outros.

Na cartilha organizada por Rolnik (2010) com financiamento do Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Departamento de Planejamento Urbano, a autora trata do tema principal sobre “Como produzir moradia bem localizada com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade!”. Rolnik (2010)) afirma que:

A produção habitacional de interesse social pública precisa ser na periferia? Não! É possível produzir habitação de interesse social em zonas consolidadas e centrais da cidade. Para isto, é preciso aliar política urbana, habitacional e fundiária com programas voltados à regularização fundiária e à ocupação de áreas centrais e vazios urbanos. já observamos diversos efeitos negativos das políticas habitacionais das décadas de 60 e 70.

Devemos aprender com estas políticas e propor novas alternativas ao enfrentamento da demanda habitacional. Para isto, é preciso entender que: • A provisão habitacional não se resume a soluções quantitativas. • É necessário possibilitar uma boa localização para os mais pobres na cidade • Existem diversos instrumentos urbanísticos que facilitam o acesso à terra bem localizada • É possível utilizar a grande quantidade de recursos públicos, hoje disponíveis, para a produção de moradias nos terrenos localizados em zonas consolidadas e providas de infraestrutura. (ROLNIK, 2010, p. 12).

A demanda trazida pela autora, reforça a urgência da necessidade em adequar as moradias já construídas pelo Programa, com a finalidade de prover a os requisitos necessários para os moradores, visto que, conforme já foi explicado, a construção de casas é além das demandas quantitativas, mas também é pertinente viabilizar a moradia com boa localização para os mais pobres. Isso significa que o serviço não se resume a apenas o acesso a habitação, mas também, a alocação de uma moradia com estrutura que garanta a qualidade de vida dos contemplados pelos empreendimentos.

4.2 Feira de Santana e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Feira de Santana, município localizado na parte leste do estado da Bahia, dista da capital, cerca de 118 quilômetros. Situa-se numa área de transição climática, entre o clima tropical úmido e o semiárido, denominada agreste baiano. (Mapa 1).

Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010) o município de Feira de Santana, contava com uma população total de 556.642 pessoas. As estimativas do IBGE para 2018, indicava um tamanho populacional de 619.609 pessoas. Ainda segundo o IBGE salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2018, correspondia a 2 salários-mínimos. É a 34º (trigésima quarta) maior em população dentre os 5.570 municípios brasileiros, e maior que oito capitais brasileiras. (Tabela 4)

Mapa 1 - Localização de Feira de Santana

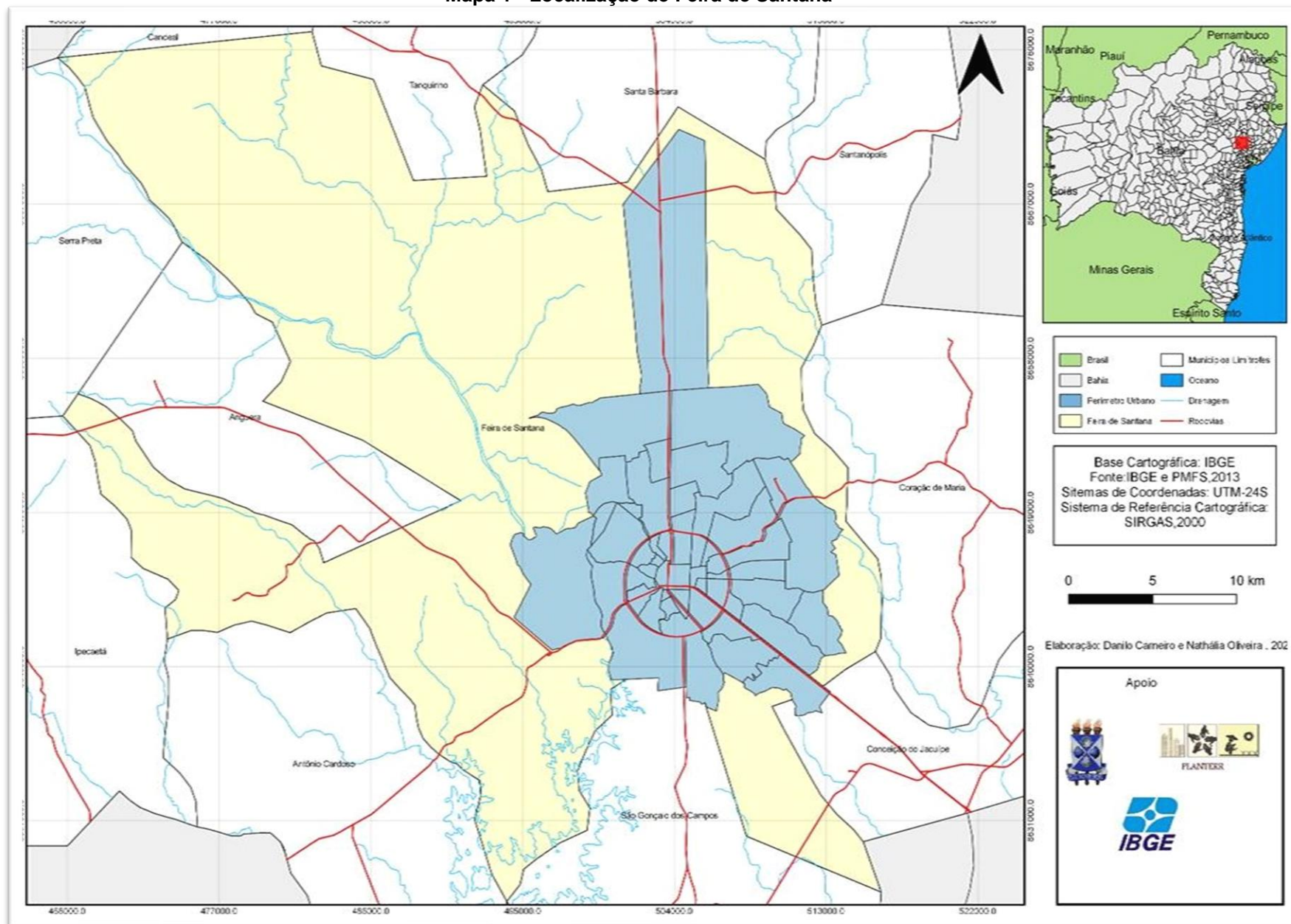


Tabela 4 – População de Feira de Santana e de Algumas Capitais Brasileiras – 1980 e 2010

Município	População 1980	População 1991	População 2000	População 2010
Feira de Santana	291.504	405.848	480.949	556.756
Aracaju *	293.119	402.341	498.619	570.937
Cuiabá **	213.151	402.813	483.346	530.308
Porto Velho	133.882	286.400	380.988	410.520
Vitória	207.736	258.777	317.085	325.453
Florianópolis	153.547	255.390	342.315	421.203
Rio Banco	117.101	197.376	314.127	335.796
Macapá	140.624	179.777	282.745	397.913
Boa Vista	67.017	144.249	242.179	284.258
Palmas***	----	24.334	208.166	228.297

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos, Brasil e Bahia- 1980 e 2010.

* Municípios com população maior que a de Feira de Santana em 1980, 2000 e 2010.

** Municípios com população maior que a de Feira de Santana em 2000.

*** A cidade foi fundada em 20 de maio de 1989.

As estimativas do IBGE, indicam que em 2021, a população de Feira de Santana corresponde à 624.107 pessoas. Vale ressaltar que a cidade por ser o maior entroncamento rodoviário do Norte/Nordeste, recebe milhares de pessoas todos os dias, seja de passagem pelas rodovias ou trabalhando durante o dia e retornando a suas cidades de origem à noite.

A expansão da cidade é explicada pelo poder do setor de bens e serviços, tais como comércio de confecções, restaurantes, bancos, etc, instalados nas principais avenidas das cidade.

Freitas (2014, p.245 e 246) discorre que:

Atualmente o centro mantém o seu valor histórico-geográfico, na relação tempo-espço, mediante expansão, estendendo-se em todas as direções, ampliando, porque ainda é a parte mais importante da cidade sob o ponto de vista da concretização do poder político, econômico e religioso: comércio, bancos, prefeitura municipal, igreja estão aí instalados, especialmente nas Avenidas Sr. dos Passos e Getúlio Vargas.

A cidade que fora constituída distrito em 1832, desde os seus primórdios com a feira de abrangência regional se consolidou como cidade de significativa circulação de pessoas

Espaço geográfico produzido com a existência de uma feira de abrangência regional, impôs a necessidade de ampliação das vias de acesso à cidade - especialmente o centro - que estava a florescer, permitindo a circulação de pessoas e animais, aspecto determinante para a definição do urbano, perpetra a expansão geográfica articulando valor do espaço e concentração do capital para efetivação da acumulação. (FREITAS, 2014, p. 248)

A autora afirma que, o município, mesmo tendo seu início no rural, consolida-se como urbano, sendo este aspecto fundamental para a consolidação do centro na consolidação do capital e dos desdobramentos geográficos em que se transformara:

Inicia-se um crescimento urbano tendo por base o comércio e dele não mais se desvincula, ao contrário, se amplia para sorver o rural. Sítio que serviu de feira, situação definidora da cidade, produtora pela/para fora a concentração de capital, e na atualidade mantém a densidade financeira através do grande número de agências bancárias, estabelecimentos comerciais, etc. Embora a concepção de sítio e situação urbana gestada na Geografia Tradicional traga embutida a ideia de espaço fixo, a análise da expansão urbana demonstra que neles estão implícitos a transformação da paisagem, o movimento da história, reproduzindo-o enquanto espaço geográfico consoante com a relação Sociedade-Natureza, ponto de partida da realidade concreta: o espaço urbano de Feira de Santana, lugar sertão, é, geograficamente determinado pela produção social, onde as transformações ocorridas ao longo do processo histórico obrigam a colocá-lo como ponto principal – por ser primeiro – originário da cidade. Nessa perspectiva, o sítio urbano da Princesa do Sertão, é um produto de relações socioespaciais concretas, construídas no tempo-espaço, contribuinte único da referida gênese. Torna-se o centro urbano, determinante da centralização e centralidade do capital, poder político e lugar de maior circulação. (FREITAS, 2014, p. 248).

Nessa perspectiva, trazendo o tema central do objeto de estudo, os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em Feira de Santana, trazem entraves aos moradores quanto à localização, pois, são distantes do centro urbano, consolidando uma periferia.

Até 2019, foram entregues 45 empreendimentos, pelo PMCMV, com datas de contratação entre 2009 e 2013, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Empreendimentos Entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em Feira de Santana

NOME DO EMPREENDIMENTO	CONSTRUTORA	CONTRATAÇÃO	UH
Residencial Rio São Francisco	CEPRENG	27/07/2009	240
Residencial Santa Bárbara	FM CONSTRUTORA	12/08/2009	380
Residencial Conceição Ville	R CARVALHO	09/09/2009	440
Residencial Nova Conceição	R CARVALHO	09/09/2009	440
Residencial Videiras	R CARVALHO	09/09/2009	440
Residencial Figueiras	R CARVALHO	09/09/2009	420
Residencial Vida Nova Feira VII	L MARQUEZZO	15/09/2009	240
Residencial Vida Nova Aviário I	L MARQUEZZO	15/09/2009	720
Residencial Santo Antônio	CEPRENG	30/11/2009	224
Residencial Jardim das Oliveiras	ATRIUM CONSTRUC	23/12/2010	520
Residencial Vida Nova Aeroporto I	L MARQUEZZO	23/12/2010	500
Residencial Vida Nova Aviário III	L MARQUEZZO	23/12/2010	520
Residencial Alto do Papagaio	CSO ENGENHARIA	24/12/2010	320
Residencial Vida Nova Aeroporto II	FCK CONSTRUCOES	24/12/2010	500
RESIDENCIAL VIVER IGUATEMI I, II e III	ATRIUM CONSTRUC	27/12/2010	1000
Residencial Laranjeiras – II	ATRIUM CONSTRUC	27/12/2010	220
Residencial Acquarius	CEPRENG	27/12/2010	214
RESIDENCIAL ECOPARQUE I e II	CEPRENG	08/12/2011	461
Residencial Asa Branca I, II, III, IV e V	SERTENGE SERVIC	19/01/2012	1496
Condomínio Solar da Princesa III e IV	ATRIUM CONSTRUC	23/01/2012	920
Residencial Vida Nova Aviário II	L MARQUEZZO	07/02/2012	340
Residencial Solar Laranjeiras	R CARVALHO	09/07/2012	320
Residencial Verde Água	CEPRENG	27/07/2012	240
Residencial Parque Da Cidade	R CARVALHO	06/02/2013	811
Residencial Vida Nova Asa Branca	L MARQUEZZO	28/02/2013	996
Residencial Viver Alto Do Rosário	R CARVALHO	28/02/2013	1612

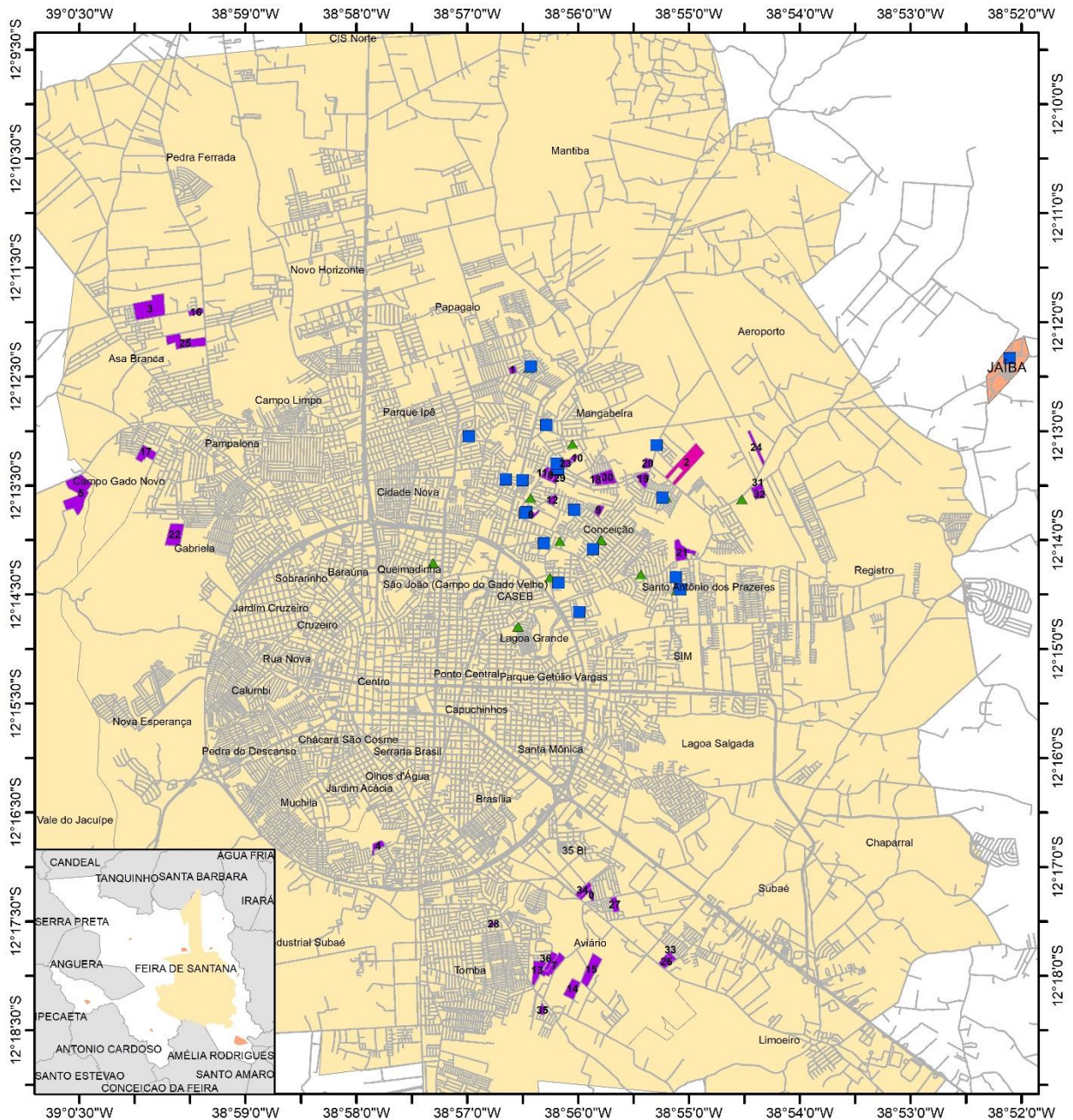
Cont...

Residencial Vida Nova Aviário IV	L MARQUEZZO	28/02/2013	300
Residencial Reserva Do Parque	CEPRENG	-----	632
Residencial Campo Belo	R CARVALHO	-----	888
Residencial Bela Vista I	R CARVALHO	-----	360
Residencial Solar Da Princesa Aeroporto	ATRIUM CONSTRUC	-----	1000
Residencial Ponto Verde	CEPRENG	-----	400
Residencial Parque dos Coqueiros I e II	CSO ENGENHARIA	-----	540
Residencial Vida Nova Caraíbas	L MARQUEZZO	-----	728
Residencial Eco Parque 2	CEPRENG	28/11/2012	224
Residencial Asa Branca Setor 2	SERTENGE SERVIC	19/01/2012	248
Residencial Asa Branca 4	SERTENGE SERVIC	19/01/2012	248
Residencial Asa Branca 5	SERTENGE SERVIC	29/01/2013	504
Residencial Asa Branca 3	SERTENGE SERVIC	01/02/2012	248
Residencial Viver Parque Da Cidade – Transição	R CARVALHO	09/07/2012	79
Residencial Alto Do Rosário - Etapa Transição	R CARVALHO	09/07/2012	92
TOTAL DE UNIDADES HABITACIONAIS			21025

Fonte: Caixa Econômica Federal. Adaptado pela autora.

Com exceção de um empreendimento Bela Vista I, todos os outros residenciais encontram-se na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário, a Avenida Eduardo Fróes da Mota. Isso faz com que o distanciamento destes ao centro da cidade ratifique a importância do amparo dos equipamentos públicos como primordiais as necessidades dos moradores que já encontram-se distantes do centro. (MAPA 2).

Mapa 2 - Localização dos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Em Feira De Santana-Ba



	Municípios da Bahia		Feira de Santana
	Distritos		Bairros - Lei 75/2013
	Resi. Alto do Rosário		Resi. Minha Casa Minha Vida
	Saúde		Educação

Fonte: Limite político administrativo municipal (IBGE, 2018); Bairros de Feira de Santana (BRITTO, 2018 adaptado de IBGE 2010); Residenciais Minha Casa Minha Vida (BRITTO, 2020).
Coordenadas Geográficas: lat/long.
Coordenadas Geodésicas: SIRGAS 2000.
Elaboração Técnica: Ákila Soares de Britto e Nathalia Santos Oliveira.
Orientação: Nacelice Barbosa Freitas.

UEFS **PLANERR**

Quadro 3 - Identificação Cartográfica dos Residenciais do PMCMV

ID CARTOGRAFIA	NOME DO RESIDENCIAL
0	Acquarius
1	Alto do Papagaio
2	Alto do Rosário
3	Asa Branca I ao V
4	Bela Vista I
5	Campo Belo
6	Conceição Ville
7	Ecoparque I e II
8	Figueiras
9	Jardim das Oliveiras
10	Laranjeiras II
11	Mangabeiras
12	Nova Conceição
13	Parque da Cidade
14	Ponto Verde
15	Reserva do Parque
16	Parque dos Coqueiros I
17	Vida Nova Caraíbas
18	Rio São Francisco
19	Santa Bárbara
20	Santo Antônio
21	Solar da Princesa Aeroporto
22	Solar da Princesa III e IV
23	Solar Laranjeiras
24	Verde Água
25	Vida Nova Asa Branca
26	Vida Nova Aviário I
27	Vida Nova Aviário IV
28	Vida Nova Feira VII
29	Videiras
30	Viver Iguatemi I a III
31	Vida Nova Aeroporto I
32	Vida Nova Aeroporto II
33	Vida Nova Aviário II
34	Vida Nova Aviário III
35	Parque da Cidade
36	Rio de Contas

Fonte: Limite político administrativo municipal (IBGE, 2018)

Nessa perspectiva a pesquisa teve como proposta, explicar a disposição acerca da distância entre o residencial Viver Alto do Rosário e os equipamentos públicos, evidenciando a demanda dos serviços ofertados – creche, escola, unidade de saúde - para os moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, bem como apresentar a perspectiva de atendimento dos mesmos e profissionais que trabalham nos equipamentos públicos.

4.3 O Residencial Viver Alto do Rosário

O empreendimento que serve de recorte para esta pesquisa, é o Residencial Viver Alto do Rosário, a escolha deu-se pois o empreendimento é o maior do Nordeste, localizado na Rua Itatiaia, bairro Mangabeira, distante do centro cerca 7,6 km, tendo como principal acesso a Avenida Iguatemi. O Residencial conta com o total de 1704 unidades habitacionais e cerca de 9.000 moradores, dispostos em três tipologias de residência: casas, apartamentos e casas sobrepostas. (Figura 2)

Figura 2 - O Residencial Viver Alto do Rosário



Fonte: Pesquisa de Campo 2020

O Residencial foi entregue à população no dia 18 de março de 2016, e a inauguração foi noticiada nacionalmente por jornais e revistas da época. A cerimônia de inauguração contou com a presença da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) que estava no período passando pelo processo de investigação pela quebra de sigilo telefônico pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) que culminaria em seu impeachment no mesmo ano. No dia de entrega do empreendimento outros líderes governamentais estavam presentes, como governador da Bahia, Rui Costa, o senador e

também ex-governador da Bahia, ex-chefe da Casa Civil e ex-chefe de gabinete da Presidente, Jaques Wagner, além do Prefeito de Feira de Santana, na época José Ronaldo de Carvalho (2001-2017).

A figura 3 traz a imagem de notícia datada em 18 de março de 2016 sobre a entrega das unidades habitacionais do Residencial Viver Alto do Rosário do PMCMV em Feira de Santana.

Figura 3 - Reportagem sobre a Inauguração do Residencial Viver Alto do Rosário

The image is a screenshot of a news article from G1 Bahia. At the top, there is a red navigation bar with 'MENU', 'G1', and 'BAHIA' logos. Below the bar, the article's date and time are shown: '18/03/2016 12h12 - Atualizado em 18/03/2016 12h38'. The main headline reads 'Dilma entrega unidades do Minha Casa, Minha Vida em Feira de Santana'. A sub-headline states: 'Cerimônia aconteceu na manhã desta sexta-feira, a 100 km de Salvador. Governador da BA, Rui Costa, e Jaques Wagner estiveram na solenidade.' Below the text, there is a social media sharing section with icons for Facebook, Twitter, Google+, and Pinterest. The author's name 'Juliana Almirante' and affiliation 'Do G1 BA' are listed. A large photograph shows a crowd of people at an event, with many raising their hands. At the bottom of the photo, a caption reads: 'Dilma Rousseff em evento na cidade de Feira de Santana, na Bahia (Foto: Juliana Almirante/G1)'. The entire screenshot is enclosed in a black border.

Fonte: G1 2016

Durante o seu discurso a Presidente defendeu que "Todas as famílias que hoje recebem a chave da casa própria estão realizando seus sonhos. Essa conquista de hoje que vocês atingem tem que ser valorizada" aclamada pela população, a presidente foi

aplaudida com faixas de apoio e gritos de "não vai ter golpe!" conforme noticiado através do G1.

Apesar da felicidade em receber suas casas, os moradores passariam a enfrentar outros problemas, investigados nesta pesquisa, isto é, a falta de suporte dos equipamentos públicos nos arredores do residencial. Tais fatos incomodaram a pesquisadora a tal ponto que despertou o desejo de investigar sobre o cumprimento da demanda de atendimento desses equipamentos que estavam nos arredores dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Chilvarquer (2019) aponta o papel de estados e municípios mediante sua responsabilidade constates no Art. 3º, §1º, 3º e 5º da Lei 11.977, de 2009 e, art. 23 do Decreto 7.499, de 2011, o autor trata das medidas a serem tomadas na implementação do PMCMV Faixa 1. Nessa perspectiva,

Quanto ao papel de Estados e Municípios, o MCMV Faixa 1 não é automaticamente implementado pelo governo federal, mas depende de atuação ativa dos entes locais para sua execução. Entre as suas responsabilidades, tanto na modalidade Entidades como Empresas, estão (i) a desoneração tributária para as empresas que atuem na construção de habitação de interesse social; (ii) doação de terrenos localizados em área urbana consolidada para implementação dos empreendimentos vinculados ao programa; (iii) a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, voltado à retenção de áreas de ociosidade, como implantação de zonas especiais de interesse social (ZEIS); (iv) instalação ou ampliação de equipamentos e serviços públicos relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público (v) a fixação de critérios locais de seleção de beneficiários do MCMV, previamente aprovados pelos respectivos conselhos locais de habitação; e (iv) o licenciamento dos empreendimentos propostos no âmbito municipal. (CHILVARQUER, p. 1124, 2019)

Diante do exposto, pode-se auferir que em relação ao espaço em análise, há quase seis anos após a inauguração do residencial, os moradores do Residencial Viver Alto do Rosário ainda encontram dificuldades no acesso aos equipamentos públicos seja pelo trajeto até o local, ou até mesmo pela demanda por serviços públicos que um empreendimento desse porte com mais de 1.600 unidades habitacionais necessita.

5 VIAS DE ACESSO E INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS E UNIDADES DE SAÚDE.

Nesse capítulo apresenta-se, os resultados da pesquisa de campo relacionado as visitas realizadas nos equipamentos públicos escolhidos, bem como as informações sobre a infraestrutura contidas nas entrevistas realizadas com os gestores municipais, líderes comunitários, profissionais de educação, profissionais de saúde, além de evidenciar o que foi vivenciado empiricamente ao realizar as visitas nos equipamentos públicos e no Residencial Viver Alto do Rosário.

5.1 Acesso a Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Dalto Coelho.

A primeira visita ocorreu em outubro de 2020, na Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Dalto Coelho. Identificou-se que as condições de acesso eram precárias, fazendo com que a vulnerabilidade de moradores e profissionais de saúde estivessem em evidência. A figura 4 expõe a situação da rua Itatiaia, localização do residencial Viver Alto do Rosário que também é utilizadas pelos moradores para ter de acesso até a USF.

A Figura 4 mostra o momento em que dois automóveis circulavam na rua Itatiaia que dá acesso ao Residencial e a Unidade Básica de Saúde. Percebe-se que não é possível a permanência dos dois veículos na via, e na situação apresentada o carro de passeio branco precisou utilizar a marcha ré para dar passagem ao caminhão.

Na oportunidade da visita realizada em outubro de 2020 os moradores do residencial apresentaram um ofício encaminhado para o gabinete do Prefeito Municipal, solicitando medidas para que as obras que estavam sendo realizadas na rua Itatiaia, não dificultassem ainda mais o acesso à unidade de saúde.


Segundo o que consta no documento, a precariedade de acesso, inclusive da rua Albânia, via de acesso a Unidade de Saúde da Família, fazia com que os moradores, estivessem “isolados, tirando de todos o acesso a unidade de saúde”. Os termos do ofício número 003/2020 enviado ao gabinete do prefeito no dia 03 de outubro de 2020 estão apresentados na Figura 5.

Figura 4 - Acesso à Rua Itatiaia

Fonte: Pesquisa de Campo. 2020.

Em fevereiro de 2022, mais de um ano após a apresentação dos problemas registrados no documento acima, a rua do Residencial Viver Alto do Rosário continua em situação precária de acesso. A degradação das condições da rua Itatiaia é perceptível, conforme consta nas figuras 6, 7 e 8 causando transtornos aos moradores quanto a locomoção e a exposição à violência também por conta dos espaços vazios pouco iluminados.

Figura 5 - Ofício 003/2020 sobre as Obras na Rua Itatiaia


Residencial Viver Alto do Rosário
 Av. Itatiaia, Conceição II / Contato: 75 9 8168.1812
<https://www.facebook.com/altodorosariooficial/>

Feira de Santana, 01 de Outubro de 2020.

Ofício 003/2020

À Secretaria Municipal de Saúde
 Gabinete Secretário
 Ilm.^a senhora Secretária Denise Lima Mascarenhas

Assunto: Obras na Rua Itatiaia e acessibilidade à unidade de saúde.

Prezado (a)

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para apresentar-lhe as dificuldades das famílias do Residencial Viver Alto do Rosário, Loteamento Parque São Jorge e Lagoa das Pedras. Com as obras de manutenção da Rua Itatiaia.

A precariedade do acesso a Unidade de Saúde USF Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho se agrava com as obras. Já estamos há 12 meses sem transporte para o acesso a unidade. Segundo a SMTT, a empresa São João alega falta de demanda. Diante desta alegação, cadeirantes, deficientes visuais, idosos, e deficientes físicos não tem acesso a unidade de saúde.

A precariedade da Rua Albânia dificultam ainda mais a acessibilidade. Gestantes e lactantes padecem sob o calor do sol e os perigos da Curva da Morte para realizar pré-natal e acompanhamento médico, percorrendo em média mais de 2 KM a pé. Com as obras está situação se agrava, isolando as comunidades e tirando de todos, o direito de acesso a unidade de saúde.

Sabendo da importância da manutenção da Rua Itatiaia, solicitamos da Secretária de Saúde o atendimento nas comunidades, respeitando os decretos municipais de combate ao Covid-19 em parceria com as lideranças e associações locais. Garantindo assim a todos o direito de acesso a saúde enquanto durar a manutenção.

Certos de sua compreensão e disposição em nos atender, agradecemos a Vossa Excelência.

Atenciosamente,

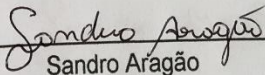

 Sandro Aragão
 Contato: (75) 9 8168-1812
 E-mail: sandro_aragao@hotmail.com
 Res. Viver Alto do Rosário

Figura 6 - Trecho da Rua Itatia



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022

Em entrevista realizada com líder comunitário 1, o mesmo relatou a insegurança dos transeuntes ao passar no trecho, haja vista que esse percurso é realizado para a locomoção e acesso da USF, dos estudantes para o ponto do ônibus escolar e demais atividades realizadas pelos moradores. Segundo o líder comunitário 1:

Não há transporte público para a Unidade de Saúde ou para o CRAS. O acesso para ambos é perigoso (assaltos e tentativas de estupros ocorrerem com frequências). As ruas de acesso são estreitas, sujas e danificadas (calçamento passa em média oito meses para receber reparos mitigadores). A Unidade de Saúde está em um local isolado que oferece riscos constantes, tanto aos usuários quanto aos profissionais. Sem transporte público que acesse a unidade de saúde, os moradores precisam ir até o transbordo central, e de lá, retornar para a unidade nas linhas Santo Antônio dos Prazeres, Aeroporto ou Jaíba. Essa viagem dura em média 02h30 a depender do trânsito pode chegar às 3h. Se a Linha Lagoa das Pedras fosse reativada, a ida a Unidade de Saúde seria de cinco ou oito minutos. (Líder Comunitário1)

A diferença no tempo utilizado para o deslocamento, segundo informações do líder comunitário 1 justifica a revolta das pessoas por conta do descaso do poder público com estes usuários. Haveria a necessidade de somente reativar uma linha de transporte anteriormente existente para que eles pudessem desfrutar do mínimo de

conforto ao usufruir do tempo de deslocamento bem mais curto. Isso prova que o poder público municipal não tem definido políticas públicas específicas para os moradores do PMCMV, especialmente do Residencial Viver Alto do Rosário

Figura 7 – Rua Itatiaia e o acesso a USF e Ponto de Ônibus Escolar



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022

Figura 8 - Outro Ângulo da Rua Itatiaia




Fonte: Pesquisa de Campo.2022

Segundo relato do líder comunitário 1, essa não fora a primeira solicitação de melhorias nas ruas que permitem o acesso a USF pois em 06 de junho de 2018, foi enviado um ofício ao gabinete do Prefeito Municipal informando que as comunidades do Residencial Viver Alto do Rosário e Parque São Jorge, almejavam pela pavimentação da Rua Itatiaia e da Rua Albânia. Ainda segundo os termos do ofício 02/2018, os ônibus escolares não estavam conduzindo os estudantes dos locais supracitados em virtude das más condições de acesso das vias. Também as pessoas com necessidades especiais, gestantes e idosos sentiam ainda mais a dificuldade para realizar o trajeto.

O conteúdo do ofício 02/2018 pode ser visualizado na figura 09. Percebe-se pelo que foi dito pelo líder comunitário 1 que a comunidade está mobilizada reivindicando as melhorias na prestação de serviços públicos. Buscando formas de concretizar o diálogo com o poder público, mas não têm as demandas atendidas.

Nas figuras 10 e 11 percebe-se que não houve mudança entre o período em que os moradores enviaram o ofício à prefeitura e o contexto atual. A figura abaixo expõe imagem da Rua Albânia, onde encontra-se o USF, comprovando as condições de acesso precárias pela falta de pavimentação.

Figura 9 - Ofício 02/2018 sobre o acesso A USF Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho


Residencial Viver Alto do Rosário
 Av. Itatiaia, Conceição II / Contato: 75 9 8168.1812
<https://www.facebook.com/altodorosariooficial/>

Feira de Santana, 06 de Junho de 2018
 PROTOCOLO FALA FEIRA
 Nº 0000082822
 03/12/18

Ofício 02/2018

Prefeitura Municipal de Feira de Santana
 Ao Gabinete do Prefeito.
Ilmº. senhor Prefeito Colbert Martins Filho

Assunto: Acessos ao USF Alto do Rosário I e II, Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.

Prezado (a)

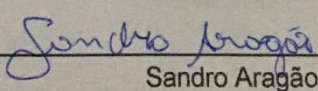
As Comunidades do Residencial Viver Alto do Rosário e Parque São Jorge vem através deste solicitar ao **senhor Prefeito Colbert Martins Filho** o adiantamento das obras de Pavimentação da **Rua Itatiaia** (Conceição II – Santo Antônio dos Prazeres), e da **Rua Albânia S/N** (Rua do **USF Alto do Rosário I e II, Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho**), Bairro Santo Antônio dos Prazeres.

Conforme vídeo enviado e postado em nossa página, as ruas dificultam o trânsito de carros pequenos e motos o que facilita a ação de meliantes, não permitem o trânsito de pedestres, impedem acesso a unidade local de Saúde, Escolas e CRAS. Os ônibus escolares estão negando-se deixar alunos do residencial Viver Alto do Rosário e Parque São Jorge devido as condições de acesso da Rua Itatiaia. Moradores usuários do USF Alto do Rosário I e II não tem acesso a unidade de saúde, pois, As condições das Ruas Itatiaia e Albânia, não permitem que deficientes, cadeirantes, gestantes e idosos se locomovam para a unidade. Além dos riscos de contaminação que expõem moradores e funcionários ao mosquito *Aedes Aegypti* transmissor da Dengue, Zica e Chikungunha devido às lagoas formadas por águas da chuva, e matagal ao lado e dentro da unidade, assim também como riscos de acidentes devido ao acúmulo de lama no local e nas vias de acesso.

Certos de contarmos com apoio da Ilmº senhor Prefeito.

Agradecemos.

Atenciosamente,


Sandro Aragão
 Contato: (75) 9 8168-1812
 E-mail: sandro_aragao@hotmail.com
 Res. Viver Alto do Rosário

Recebido em 06/06/18
 às 15:35 Horas
 por Luana
 PROTOCOLO GABINETE DO PREFEITO
 PROTOCOLO Nº 28575/18

Fonte: Pesquisa de Campo. 2022.

Figura 10 – Rua Albânia e o acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Dalto Coelho.



Fonte: Pesquisa de Campo. 2020.

A figura11, mostra a entrada da rua Albânia que dá acesso a USF. Esta também que fora alvo de solicitação dos moradores da região pela pavimentação, demanda que ainda não foi atendida. Segundo relatos do líder comunitário 1 no período das chuvas as condições de acesso tornam-se ainda mais precárias, haja vista os alagamentos que acontecem. Observa-se que, embora os moradores dos residenciais reivindiquem, o poder público não responde aos anseios de melhoria em pavimentação das ruas, diferente do que traz o anexo III da portaria nº158 de 6 de maio de 2016 que trata da edificação de equipamentos públicos de educação, saúde e outros complementares à habitação que Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial(FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

De acordo com o item 2.7 da referida portaria

2.7 Os equipamentos públicos deverão estar localizados em área situada na poligonal do empreendimento ou em área adjacente, à distância máxima de 1.000 (mil) metros de seu acesso por via pública, e ser dotados de vias de acesso pavimentadas, drenagem pluvial, calçadas, guias e sarjetas, rede de energia elétrica e iluminação pública, rede para abastecimento de água potável, solução para esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Figura 11 - Rua Albânia em 2022 e o acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

Outro ponto a ser destacado é a localização do equipamento no que se refere aos seus arredores. Os terrenos abandonados que estão próximos, viabilizam a periculosidade do local e expõem tanto moradores, quanto os profissionais que trabalham nos equipamentos a violência tais como, assalto, estupros, roubos etc.

A figura 12 traz o registro de outro ponto da rua Albânia. O espaço em sua maioria coberto pela vegetação, evidenciando a periculosidade do local além da evidente falta de pavimentação e calçadas, requisito disposto como obrigatoriedade da implementação dos equipamentos públicos conforme portaria 158 de 2016.

Figura 12 - Rua Albânia em outro Ângulo e o Acesso à Unidade De Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022

Durante a entrevista realizada ao Prefeito Municipal de Feira de Santana, Colbert Martins da Silva Filho, perguntou-se sobre a situação das vias de acesso aos equipamentos públicos, principalmente relacionado as que permitem chegar à USF, além disso, questionou-se quanto a periculosidade e as medidas tomadas para a resolutiva da situação, o prefeito respondeu que,

Eu gostaria que você lembrasse da questão da segurança, você falou... não é perigoso porque é perigoso, é perigoso porque falta segurança e essa segurança precisa ser tratada também da mesma forma, essas pessoas saíram de várias áreas da cidade e foram colocadas, eram pessoas que moravam em casas térreas, na sua grande maioria, de repente essas pessoas são colocadas em apartamentos, essa forma de convivência tem causado problemas com relação inclusive a controles que são exercidos nessas unidades Minha Casa Minha Vida que levam ao aumento da violência, então existe problema de acesso, é verdade, precisam ser corrigidos para serem adequadamente, o acesso ser adequado as pessoas, agora é importante que tanto a saúde, quanto a educação, quanto a habitação pressupõe a segurança pública é responsabilidade e dever do governo do estado e isso o governo do estado não faz, então entendo a necessidade do acesso mas também, isso nós estamos atentos para poder corrigir, agora se não tiver o aumento da segurança pública que é responsabilidade do estado a gente pouco vai fazer, porque o número de casos de violência que acontecem nesses residenciais infelizmente são mais altos do que em outros da cidade. (Prefeito Colbert Martins da Silva Filho)

Na oportunidade, a entrevista foi gravada e autorizada por áudio pelo Prefeito Municipal, que destacou a importância do governo do estado na atuação da segurança pública. Segundo o gestor sem a participação do governo do estado no combate a essa questão, o município pouco pode fazer. Cabe destacar que o mesmo também concordou que há problemas de acesso e que precisam ser corrigidos, porém não pontuou medidas para a tratativa do problema. A resposta do prefeito mostra que a gestão não tem definido políticas públicas, ou mesmo projetos para a solução do problema de acessibilidade dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, assim como da população do bairro. Embora reconheça a existência do problema, a responsabilidade da acessibilidade foi transferida para o âmbito da segurança pública, problema do âmbito de esfera do estado, que, de forma alguma desvincula-se da escala municipal. Revela, portanto, a fragilidade do diálogo com o governo estadual, elemento fundamental para uma gestão pública competente e democrática. Quando afirma que os problemas “precisam ser corrigidos”, tem-se a impressão de que a gestão quase nada tem a ver com o processo e coloca o problema no campo da abstração. Ao reconhecer que os números de casos de violência no residencial são mais altos que nos outros existentes na cidade, percebe-se que induz ao entendimento que é algo territorializado, ou característico do lugar e não discute como consequência da falta de planejamento ou de políticas públicas específicas que atendam as necessidades da sociedade feirense.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que a mobilidade urbana é uma preocupação constante dos moradores, pois sempre chamavam a atenção sobre as dificuldades de circulação, a precariedade da infraestrutura especialmente das vias a má qualidade do transporte coletivo que dificultam a circulação das pessoas, inviabilizando a articulação intraurbana. Mobilidade urbana, entendida como resultante da facilidade de deslocamento dos habitantes e riquezas do município, permitindo amplo acesso aos bens e espaços.

O texto do artigo 228 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana (PDDU, 2018, p.92), expõe que

Art. 228. A mobilidade urbana e rural no território municipal é decorrente do conjunto organizado e coordenado de políticas de circulação em todas as modalidades de transporte e de infraestrutura que garantem a locomoção de pessoas ou mercadorias no espaço da cidade, distritos e povoados e é efetivada por meio dos sistemas de circulação de pedestres, o

Transportes coletivo, o individual e o não motorizado, utilizados para o deslocamento de pessoas, bens e animais, cumprindo a função de articulação intra e interurbana, sendo um dos mais fortes e importantes indutores do desenvolvimento urbano e regional.

Pode-se afirmar que, o desenvolvimento de políticas públicas que busquem atender às questões inerentes a mobilidade urbana, assim como a rural, facilitando a acessibilidade, não beneficia apenas aos moradores de um determinado local, mas impulsiona o crescimento econômico de todo município. O objetivo desta dissertação não é discutir a mobilidade urbana de forma específica, mas o problema surgiu durante a pesquisa e chamou a atenção para o registro, especialmente após a entrevista informal com o Prefeito. Comparou-se a sua resposta com o que expõe os incisos de I a IX do artigo 229 do PDDU (2018, p. 92), que define os “objetivos do sistema de mobilidade urbana, de acordo com o Plano de Mobilidade” da seguinte forma:

- I – priorizar a acessibilidade cidadã: pedestres, ciclistas e cidadãos com necessidades especiais (mobilidade reduzida), sobre o transporte motorizado;
- II – priorizar o transporte coletivo sobre o individual;
- III – considerar as questões de logística no sistema de mobilidade urbana, tendo em vista o desenvolvimento econômico;
- IV – reduzir a necessidade de deslocamento;
- V – melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança adequados;
- VI – articular o sistema de mobilidade municipal com o estadual, existente e planejado;
- VII – ampliar o sistema viário de maneira a estimular áreas de ocupação prioritária, racionalizando investimentos em infraestrutura;
- VIII – as vias principais devem receber atenção especial em termos de infraestrutura;
- IX – a expansão ordenada e planejada das vias principais deve nortear o desenvolvimento urbano, intraurbano e interdistrital de Feira de Santana, além do interurbano na RMFS.

A figura 13 apresenta como estava em 2020, a entrada da Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr Eduardo Celso Daltro. É perceptível a falta de manutenção e de preservação da área que conseqüentemente gera percalços nas condições de acessibilidade e saúde dos moradores e profissionais na unidade, implicando na qualidade de vida dos mesmos.

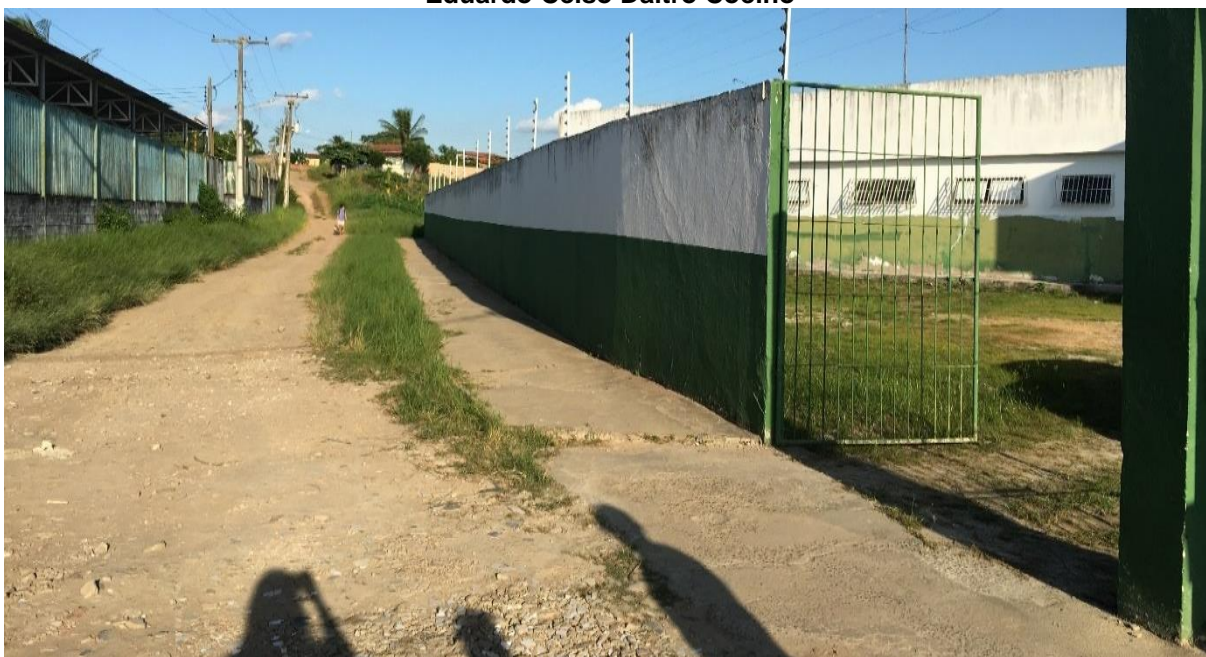
Figura 13 - Entrada da Unidade de Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltró Coelho



Fonte: Pesquisa de campo. 2020.

Na figura 14, percebe-se que houve manutenção na parte frontal da USF se comparar com relação a figura 13, porém na lateral do equipamento, a conservação da edificação não é a mesma como representado na Figura 15.

Figura 14 - Portão de entrada da Unidade de Saúde Da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltró Coelho



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022.

Na figura 15, tem-se a imagem do espaço lateral a USF. Percebe-se a vegetação invadindo o local, ressaltando que não há limpeza nos arredores do equipamento, fato que contribui para a insegurança além do acúmulo de lixo e perigos sanitários trazidos à USF, ou seja, apesar de ser uma unidade de saúde não conta com elementos fundamentais para garanti-la.

Figura 15 - Espaço Lateral à Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E li Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022

Em ofício enviado pelos moradores no dia 18 de julho de 2018 para a Secretaria Municipal de Saúde, o problema já era relatado novamente acerca da pavimentação das ruas de acesso a USF, bem como sobre “o início das obras na estrutura da unidade a fim de evitar as lagoas que se formam com as águas das chuvas servindo de foco para várias doenças e do matagal ao redor que serve esconderijo para vândalos”. Na figura 16, tem-se a totalidade do texto do referido ofício. Aqui, tem-se outra prova da mobilização dos moradores, sempre demandando melhorias. Por outro lado, tem-se que registrar sobre a ausência do poder público na tratativa das demandas.

Figura 16 - Ofício Dia 18 De Julho de 2018 sobre Reivindicações USF

Residencial Viver Alto do Rosário

Av. Itatiaia, Conceição II / Contato: 75 9 8168.1812
<https://www.facebook.com/altodorosariooficial/>

Feira de Santana, 18 de Julho de 2018

Ofício

Secretaria Municipal de Saúde
 Gabinete Secretário
 Ilm.º Senhora Secretária Denise Lima Mascarenhas

RECEBIDO
 03 / 07 / 18
 Assinatura: *Jiehl*

Assunto: USF Alto do Rosário.

Prezado (a)

Na Conferência Municipal de Saúde, foi protocolado em nossas reivindicações, a pavimentação das ruas que ladeiam o USF Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltró Coelho, e o início das obras na estrutura da unidade a fim de evitar as lagoas que se formam com as águas das chuvas servindo de foco para várias doenças e do matagal ao redor que serve de esconderijo para vândalos, além dos transtornos causados a usuários da unidade que estão sem acesso aos serviços e o perigo para os mesmos e para os profissionais. Ofícios foram protocolados na Prefeitura solicitando as mesmas medidas emergenciais. Até o momento nem a SMS ou Prefeitura demonstrou interesse em atender a solicitação das comunidades atendidas pela unidade de saúde.

Confiando no zelo da Secretária Municipal de Saúde na garantia do direito do cidadão ao acesso a unidade de saúde, mais uma vez informamos e aguardamos.

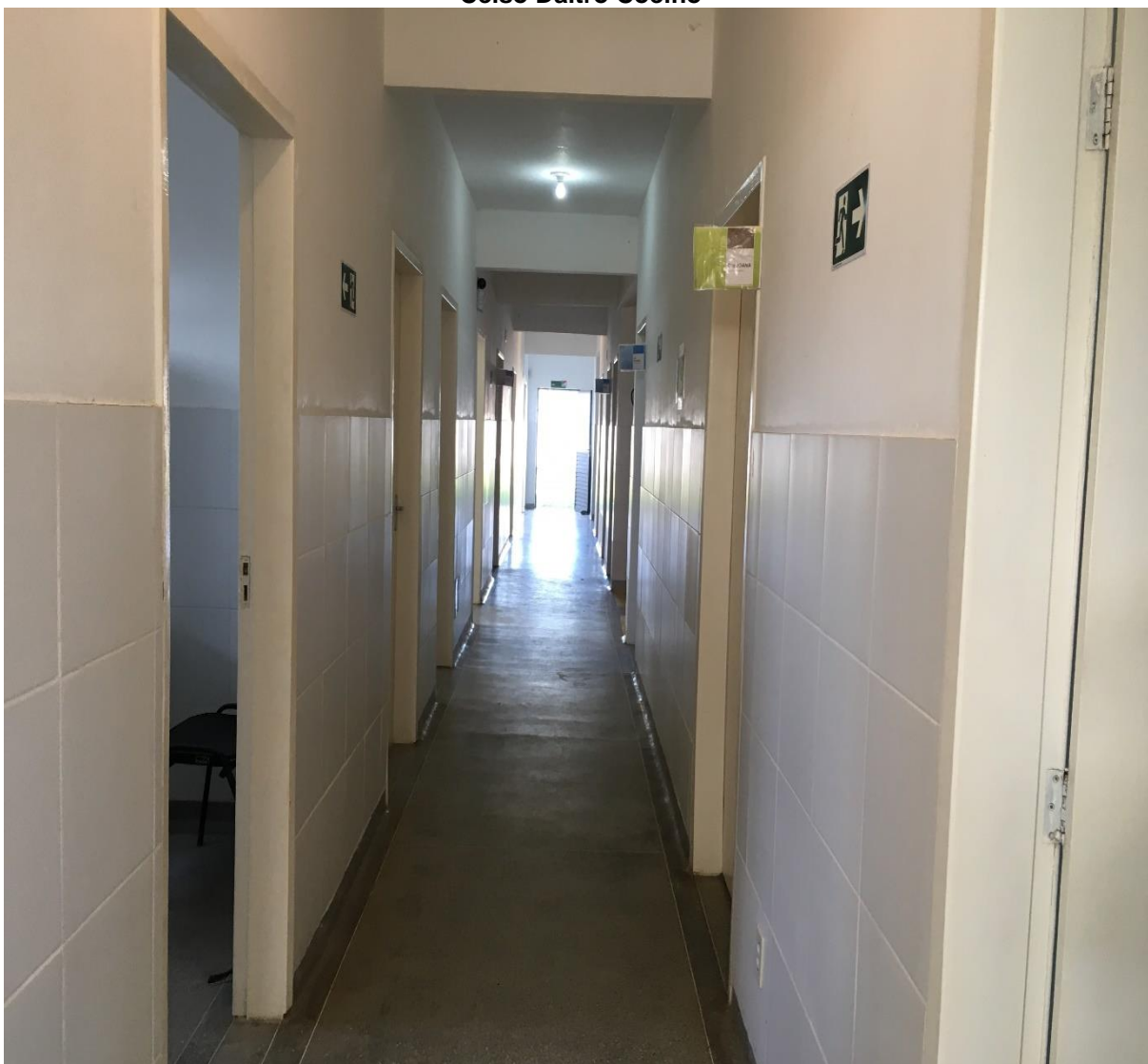
Atenciosamente,

Sandro Aragão
 Sandro Aragão
 Contato: (75) 9 8168-1812
 E-mail: sandro_aragao@hotmail.com
 Res. Viver Alto do Rosário

5.2 Instalações da Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.

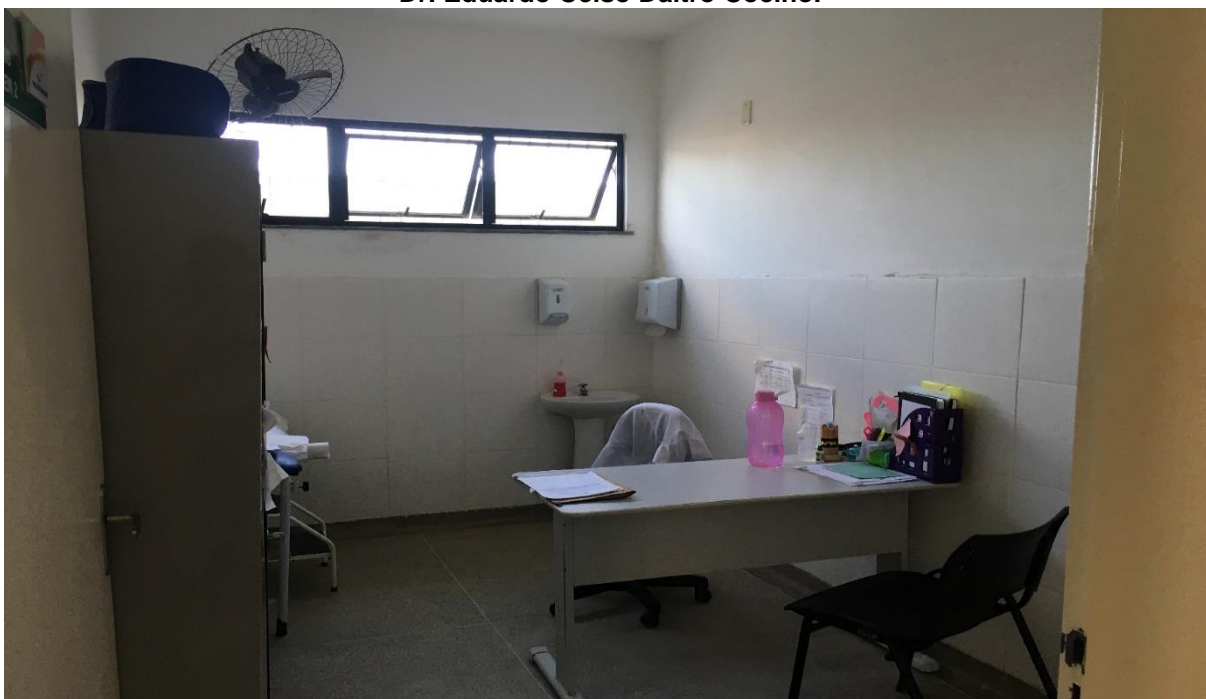
A Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro, localiza-se na rua Itatiaia s/n, bairro Conceição e foi inaugurada no dia 21 de março de 2016. Durante a pesquisa de campo à USF, foi autorizado pelos profissionais o registro fotográfico das instalações, expostas como figuras 17, 18 e 19. A unidade é composta por uma recepção, salas de atendimento, sala de vacinas, além de uma copa e um espaço externo. É um espaço amplo, limpo, arejado, bem iluminado, com mobiliário que oferece conforto aos usuários.

Figura 17 - Instalações da Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E li Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho



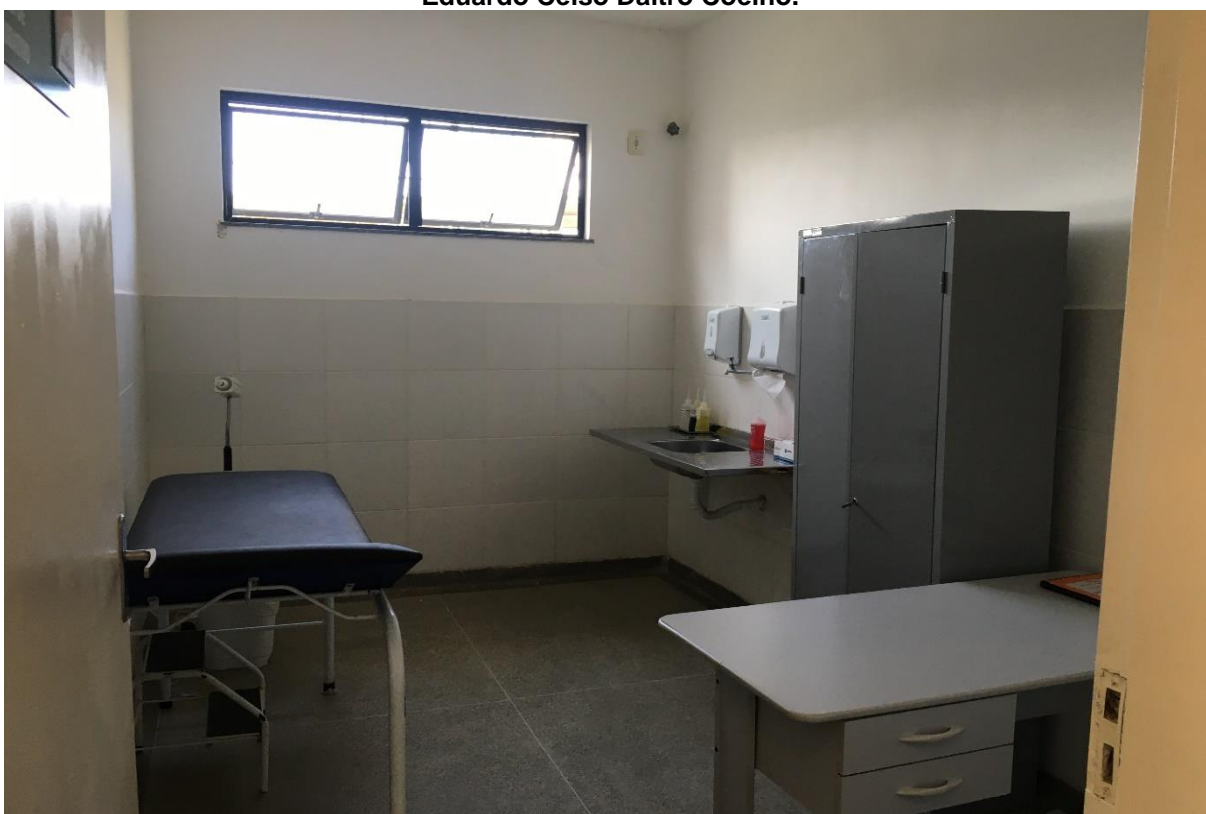
Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

Figura 18 - Consultório de Enfermagem da Unidade de Saúde da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

Figura 19 - Sala de Atendimento da Unidade de saúde da Família Alto Do Rosário I E II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho.



Fonte: Pesquisa de campo. 2022.

Segundo informações fornecidas pelos profissionais de saúde que trabalham na USF, são realizados por mês, entre 370 e 400 atendimentos, que estão divididos entre atendimentos agendados (consultas e exames), atendimento sem agendamento, curativos, aferição de pressão arterial, hemoglicoteste para controle de glicemia e vacinas.

Realizou-se entrevista com profissional de saúde e ao ser questionado, se a infraestrutura do equipamento público (Unidade de Saúde da Família) teria condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores do Residencial Alto do Rosário, o entrevistado relatou que não há infraestrutura do equipamento público para atendimento de todos os moradores. De acordo com o profissional, a alta demanda impede que a unidade de saúde atenda a todos os moradores do residencial, visto que o equipamento dá suporte também a outra comunidade, o Loteamento Parque São Jorge, que faz parte da abrangência de atendimento da USF. Não existe outra unidade de saúde ou PSF que atenda aos moradores, pois há a distribuição de atendimento por área, e na opinião do profissional, é necessário que realmente aconteça a divisão por área de atendimento, porém não há flexibilidade de atendimento para pacientes que portadores de necessidades especiais (PNE) e a dificuldade de acesso da USF, impossibilita o deslocamento para estes. Ao ser questionado sobre a sugestão de melhoria sobre as demandas do equipamento, o profissional relatou que seria a construção de unidade de saúde no espaço interno ao residencial, pois até o momento só fora construída a creche, inaugurada em 21 fevereiro de 2022. Segundo o profissional, a comunidade anseia além do equipamento de saúde, também por escola e CRAS, para as descentralizar as demandas.

Em visita realizada em 1º outubro de 2020 foi identificado que a parte externa da unidade estava sem as mínimas condições de preservação, o espaço lateral a Unidade de Saúde da Família Alto do Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro, segundo o líder comunitário 1, a área deveria estar destinada a campanhas de conscientização, prevenção de doenças, atividades físicas ao ar livre, desenvolvidas para os moradores do bairro, porém encontrava-se conservação da área (FIGURA 20).

Em relação aos serviços oferecidos da Unidade de Saúde da Família o líder comunitário 1 ao ser perguntado se poderia dizer quais são os serviços ofertados para comunidade na Unidade de Saúde da Família (USF) o entrevistado respondeu que “Atualmente, contamos com: uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, um clínico

geral, uma agente comunitária de saúde, duas atendentes e a equipe do NASF.” (Líder Comunitário1)

Figura 20 - Espaço Lateral da Unidade de Saúde da Família Alto Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho



Fonte: Pesquisa de campo. 2020.

Questionado se a infraestrutura dos equipamentos públicos como, creches, escolas e unidades de saúde teriam condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores do Residencial Alto do Rosário, o líder comunitário 1 respondeu em entrevista que:

Não. Temos na região uma média de 3900 famílias. Em 2022 será somado a este total as famílias do projeto Jardim Europa (1500 famílias) totalizando mais de 5.400 famílias, supondo que haja 4 indivíduos em cada famílias temos uma população de 21.000 pessoas. Para atender esta população a construção da unidade de saúde e escola de ensino fundamental do Residencial Viver Alto do Rosário, a UPA no Conder, e a Escola de Ensino médio já deveriam está prontas. (Líder comunitário 1)

A portaria nº 158, de 6 de maio de 2016, dispõe sobre as condições para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas do (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do (PMCMV).

Sobre o Anexo III da referida Portaria, que trata da edificação de equipamentos públicos de educação, saúde e outros complementares à habitação, o item 2 trata sobre as diretrizes gerais, e dispõe sobre a contratação dos equipamentos públicos

voltados para atender as demandas dos residenciais a partir de 500 unidades habitacionais. Diante disso:

2 DIRETRIZES GERAIS

A contratação dos equipamentos públicos deverá ser motivada pelo ente público e dimensionada, especificamente, de forma a atender a demanda do empreendimento habitacional ou conjunto de empreendimentos contíguos, a partir de 500 (quinhentas) unidades habitacionais. (BRASIL,2006)

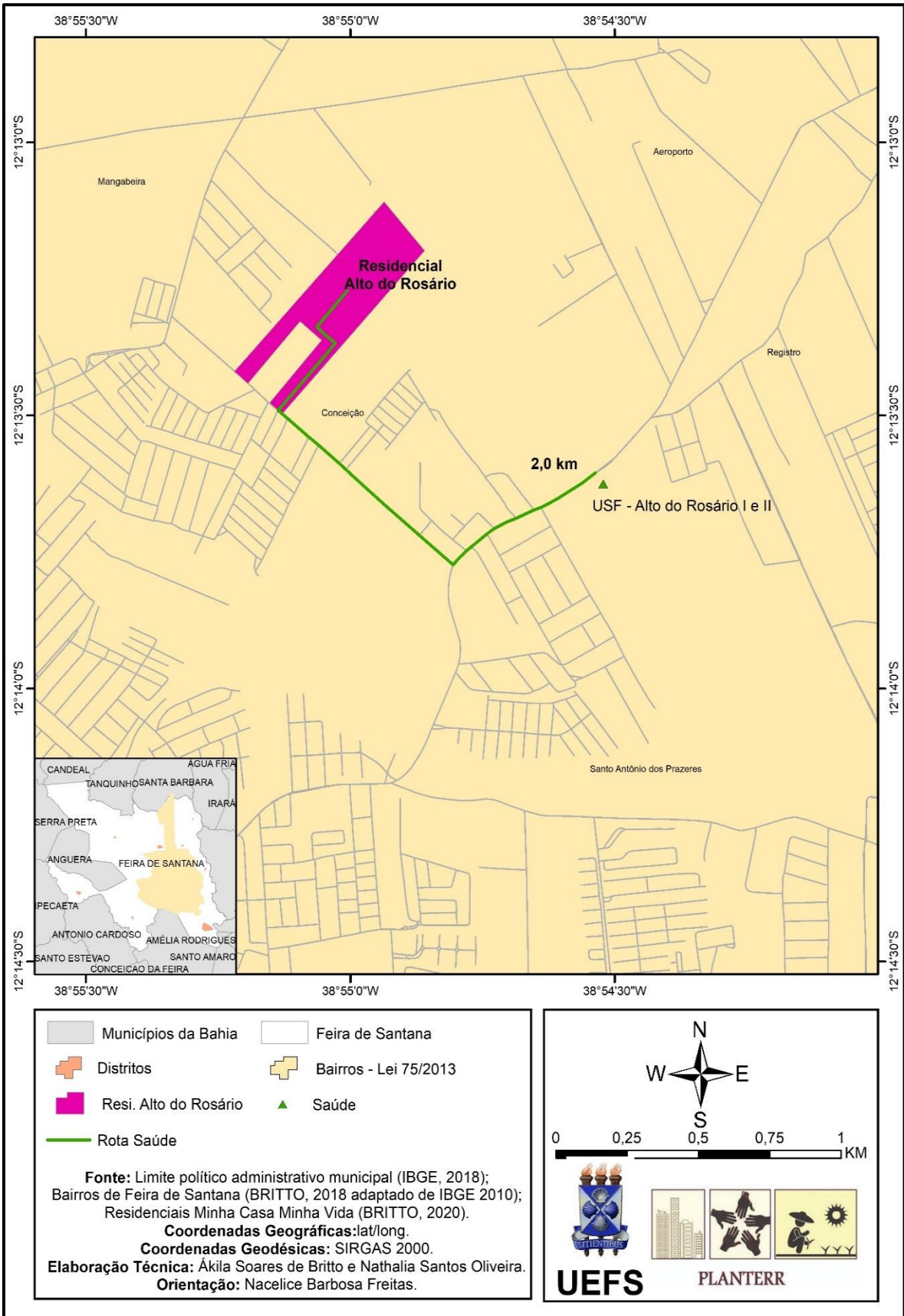
O Residencial Viver Alto do Rosário possui 1704 unidades habitacionais, e conforme consta na Portaria 158 de 6 de maio de 2016, a construção dos equipamentos torna-se alvo de diretriz amparada legalmente para atender as demandas dos condôminos. Dessa forma, as informações coletadas *in loco*, apresentadas pelos registros fotográficos e pelos ofícios enviados pelos moradores do residencial, diferem das exigências de contratação dos equipamentos públicos, haja vista o quantitativo das famílias que têm potencial para utilização do mesmo.

Para além dos problemas relacionados às demandas de atendimento do equipamento público estão as condições de acesso a USF que está distante do que fora estabelecido pela Portaria. Em relação a distância percorrida, após realização de mapeamento no local auferiu-se que o caminho é de 2 km para o acesso ao equipamento. (MAPA 3),

Com relação a oferta dos serviços prestados pela USF, o líder comunitário 2 acredita que a demanda é grande para que uma única unidade de saúde possa suprir a necessidade de atender cerca de 9000 condôminos, além de pessoas dos bairros Mangabeira e Conceição que são atendidos pelo equipamento. Segundo o líder comunitário 2 em entrevista,

Nosso posto de saúde sua localização faz com que qualquer pessoa busque outra alternativa para não ter que descer uma ladeira perigosa, com assaltos constantes, muita lama quando chove, mal estruturada. A comunidade Alto do Rosário merecia algo melhor, de preferência no nosso próprio residencial que tem várias quadras sem necessidade, e que pode virar um posto. Quanto ao atendimento está deixando a desejar na recepção, antes quando Fernanda Sampaio (*enfermeira que agora está no cargo de supervisão*) estava lá era tudo diferente. Agora ficou entregue e os pacientes são tratados por descaso. (Líder Comunitário 2).

Mapa 3 - Distância entre o Residencial Viver Alto do Rosário e a Unidade de Saúde da Família Alto Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Dalto Coelho



Na resposta do Líder Comunitário 2 entrevistado, percebe-se que, a falta de estrutura para o acesso à Unidade de Saúde da Família faz com que as pessoas procurem por alternativas com receio do perigo que o trajeto até o equipamento ocasiona. A falta de estrutura das vias, relacionada a drenagem, pavimentação, acessibilidade, ausência de segurança, impede que os moradores utilizem os serviços, ratificando a ineficácia no cumprimento das diretrizes de instalações dos equipamentos públicos que atendem aos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário.

O ofício 001/2017 foi encaminhado no dia 03 de maio de 2017 ao gabinete do vereador Cadmiel Pereira. No documento, os moradores solicitaram uma reunião para tratar da pauta sobre o aumento das cotas da Unidade de Saúde da Família Conceição IV Enfermeira Petruska Cardoso da Silva Braga e da Unidade de Saúde Alto Rosário I e II Dr. Eduardo Celso Daltro Coelho. A USF Conceição IV é chamada pelos moradores de Unidade do Conder, por atender ao Núcleo Habitacional Conceição, comunidade próxima, intitulada pelo mesmo nome.

Segundo os demandantes, A USF Conceição IV apresenta melhores condições de acesso, e está a aproximadamente a 300 metros do Residencial Viver Alto do Rosário. A solicitação de reunião com o vereador se deu por conta de que no período, o mesmo fazia parte da Comissão Permanente de Saúde e Desporto. A reunião tinha por objetivo viabilizar a transferência de atendimento aos idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais que não estavam conseguindo se deslocar devido as más condições de acesso das ruas Itatiaia e Albânia.

Segundo o Líder Comunitário 1 não houve resposta do vereador sobre a solicitação de reunião para explicar o motivo da USF Conceição IV não atender aos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário. De acordo com o entrevistado a USF atende aos moradores dos bairros Conceição III e Conceição IV e Residencial Santa Barbara. Nem mesmo os atendimentos universais como aplicação de vacinas, por exemplo, são disponibilizados pela Unidade de Saúde de Família Conceição IV aos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário.

O entrevistado afirmou ainda que a questão foi motivo de conflito entre os moradores e os profissionais de saúde que trabalham na USF, pois, ao recusar fazer o atendimento sinalizou que era uma orientação da Secretaria Municipal de Saúde. Os moradores do residencial, ao confrontar as informações dos profissionais da USF com as da Secretaria Municipal de Saúde, esta negou a referida orientação.

Figura 21 - Ofício 01/2017 Solicitação de Reunião sobre o Aumento de Cotas nas Unidades de Saúde da Família

Residencial Viver Alto do Rosário

Feira de Santana, 03 de Maio de 2017

Ofício 001/2017

Gabinete vereador
Exmº Sr. vereador Cadmiel Pereira

Assunto: *Solicitação de reunião.*

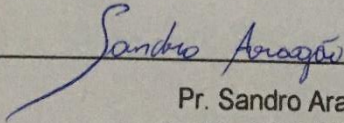
Prezado,

A comunidade dos residencial Viver Alto do Rosário, vem por meio deste, solicitar uma reunião com nobre vereador agendada para o dia 16 de Maio 2017, às 19h30, na Rua H (Centro Social), em tempo solicita que por intermédio do mesmo, seja convidada a Secretária Municipal de de Saúde, Srª Denise Mascarenhas.

Estará em pauta o aumento das cotas na USF Conder e Alto do Rosário I e II para atendimento da demanda, a viabilização da transferência de idosos, gestantes, e deficientes físicos do Res. Viver Alto do Rosário para atendimento no USF do Conder devido as más condições do acesso da Rua. Itatiaia ao USF Alto do Rosário I e II.

Agradecemos antecipadamente vossa atenção e devidamente nos colocamos a disposição.

Atenciosamente,


Pr. Sandro Aragão
Contato: (75) 9 8168-1812
Líder Comunitário

Jana Real
03/05/2017

Diante do exposto, é perceptível a falta de compromisso dos órgãos de saúde do município em garantir as questões básicas de atendimento à saúde da população, negligenciando e impedindo os moradores de ter os direitos universais respeitados, ratificando a debilidade da estrutura de atendimento dos equipamentos públicos de saúde e deixando às pessoas em situação de risco, principalmente no contexto pandêmico, expondo os moradores que precisam usufruir dos serviços de saúde.


O ofício nº 007/2019 fora encaminhado à Prefeitura Municipal de Feira de Santana, no dia 08 de janeiro de 2019, quando solicitou-se reunião das associações de lideranças do Residencial Viver Alto do Rosário e do Núcleo Habitacional Conceição com o prefeito. Tinha-se como pauta as seguintes questões: 1) construção da USF do Residencial Viver Alto do Rosário; 2) prazo de entrega da escola de ensino fundamental; 3) construção da creche escola. As demandas de cada comunidade foram apresentadas por suas lideranças, conforme a figura 22.

Quanto ao questionamento sobre as demandas da comunidade não atendidas pelos equipamentos públicos, o prefeito relatou que o compromisso de instalação de habitações é o mesmo de instalação dos equipamentos de saúde e de educação. Segundo o prefeito, o governo federal não cumpriu com o compromisso, inaugurando as escolas, mas abandonando e deixando “pelas costas” o investimento necessário que pudesse ser feito simultâneo, a construção de outros equipamentos.

Segundo o prefeito, existe a perspectiva de instalação de unidade de saúde na região, porém a unidade de saúde não pode ser instalada dentro dos residenciais. O gestor sinalizou ainda sobre o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro Mangabeira, que é um equipamento de atendimento de emergência que também atende aos moradores.

Dessa forma, auferiu-se a distância entre a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Residencial Viver Alto do Rosário, que dista cerca de 3km, impossibilitando que, em uma situação de emergência, os moradores que não possuem veículo, ou que possam pagar por um transporte público, ou particular, possam se locomover até o equipamento.

Figura 22 - Ofício 07/2019 Solicitação de Reunião Com o Prefeito sobre Pautas Da Comunidade com Equipamentos Públicos.


Residencial Viver Alto do Rosário
 Av. Itatiaia, Conceição II / Contato: 75 9 8168.1812
<https://www.facebook.com/altodorosariooficial/>

Feira de Santana, 08 de Janeiro de 2019

Ofício 07/2019

Prefeitura Municipal de Feira de Santana
Ao Gabinete do Prefeito
Ilmº senhor Prefeito Colbert Martins Filho

Assunto: Reunião com Associações e lideranças.

Prezado (a)

A Associação de moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, em parceria com as associações dos bairros adjacentes (CONDE, Lot. Parque São Jorge, Res. Rio Santo Antônio, Res. Santa Bárbara) Solicitam uma reunião com o Ilmº senhor Prefeito Colbert Martins. Indicamos as datas dos seguintes dias do mês de Fevereiro, Sábado dia 16 a partir das 16h. Ou no Domingo dia 17 a partir das 09h.

Pauta:

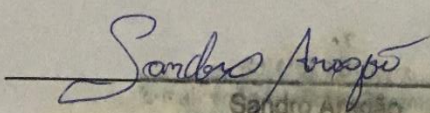
Construção da USF do Residencial Viver Alto do Rosário
 Prazo para entrega da Escola de Ensino Fundamental - CONDE
 Construção da Creche escola
 Demandas de cada comunidade apresentadas por suas lideranças.

Local do Evento:
Sábado: Igreja do Evangelho Quadrangular – Res. Viver Alto do Rosário
Domingo: Associação Sonho Real – Bairro CONDE.
 Obs.: Os locais estão sujeito à alteração por conta de agendas locais

Recebido em 11.02.19...
 Às 14:50 Horas
 Por Mariana
 PROTOCOLO GABINETE DO PREFEITO
 PROTOCOLO Nº 6556/19

Certos de ~~contamos~~ com vossa presença, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,


 Sandro Aragão
 Contato: (75) 9 8168-1812
 E-mail: sandro_aragao@hotmail.com
 Res. Viver Alto do Rosário

Observa-se nas intervenções do Prefeito, algo que é marcante para a pesquisa, ou seja, a confirmação da falta de políticas públicas ou projetos para atendimento de demanda dos moradores. Observa-se a transferência de responsabilidade para a esfera nacional, trazendo a dificuldade de diálogo, e fragilidade no sentido de construir uma gestão capaz implementar caminhos de atendimento das demandas sociais. O que chama atenção é que, como já foi dito anteriormente, Feira de Santana inaugurou os três primeiros empreendimentos do PMCMV, tendo este privilégio entre os 5.570 municípios brasileiros. O mesmo governo federal que é colocado no campo da irresponsabilidade com os recursos, abandonando-os, deixando a gestão municipal paralisada diante dos problemas por falta de apoio - como pode ser visto nas respostas – é aquele que atende ao município, beneficiando com mais de 1700 unidades habitacionais, apenas do Residencial Viver Alto do Rosário. A pesquisa não tem por propósito fazer comparação quanto as formas de gestão nas diferentes escalas, mas torna-se importante trazer elementos de avaliação que se pode afirmar sobre a necessidade de uma gestão municipal mais efetiva quanto ao atendimento da prestação de serviços na comunidade em análise.

5. 3 Equipamentos públicos: Escola e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)

As escolas e creches municipais pesquisadas, foram indicadas pelos líderes comunitários e moradores. As visitas ocorreram entre outubro de 2020 e fevereiro de 2022 e contou com o registro fotográfico nos equipamentos bem como entrevistas realizadas com os profissionais da educação que trabalham no local.

5.3.1 ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA LÍDICE ANTUNES BARROS

A Escola Municipal Professora Lídice Antunes Barros, está situada Rua Chana, s/n, bairro Santo Antônio dos Prazeres. Inaugurada no dia 16 de março de 2017, conta com 10 salas de aula, sendo 21 turmas em três turnos – matutino, vespertino e noturno – e contempla o ensino fundamental 1 e 2 (1º ao 9º ano), além da modalidade para Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos alunos que não completaram ou não tiveram acesso à educação formal na idade apropriada. A capacidade máxima de ocupação da escola é de 720 alunos, e até o momento de encerramento da pesquisa-

período em que ainda estavam sendo realizadas as matrículas escolares - contava com 524 alunos matriculados.

A figura 23 mostra a fachada da Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros em primeiro de outubro de 2020, período em que a escola não estava atendendo presencialmente aos estudantes, devido o fechamento das unidades de ensino ocasionada pela Pandemia do COVID -19. É perceptível a falta de conservação da edificação que está coberto pela vegetação, trazendo desconforto, e expondo os moradores da via e os profissionais da educação que trabalham na escola à insetos e acúmulo de lixo no local.

Figura 23 – Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros



Fonte: Pesquisa de Campo. 2020.

A figura 24 mostra uma das salas de aula da Escola Municipal Professora Lídice Antunes Barros, no dia 16 de fevereiro de 2022, no período de matrícula da rede municipal de ensino, e a equipe pedagógica estava presente. Muito solícitos apresentaram às instalações da escola, como pode ser visto na figura 24. A sala de aula registrada é ampla, arejada, bem iluminada, com carteiras novas e ventiladores.

Figura 24 - Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros



Fonte: Pesquisa de Campo. 2020.

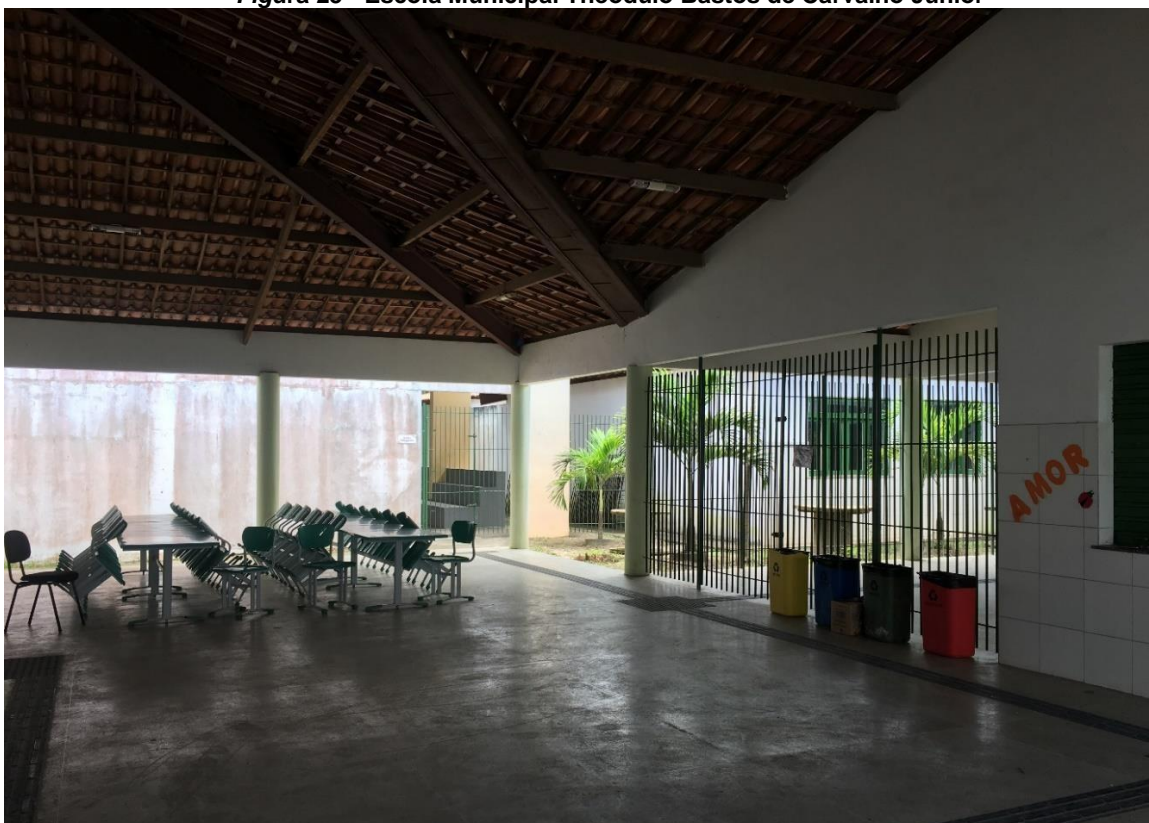
A escola supracitada dista 2,8km - conforme apresentado posteriormente no Mapa 4 - do Residencial Viver Alto do Rosário. Conforme relatado pela diretora pedagógica, os moradores do residencial são contemplados pelo ônibus escolar viabilizado pelo governo federal, pois ao ter conhecimento sobre os perigos que os estudantes passavam ao caminhar até a unidade de ensino, a gestora enviou ofício com a solicitação do transporte à Secretaria Municipal de Educação em 2017, e segundo ela, o pedido foi atendido em 2018.

Pelo fato citado, é percebido a vulnerabilidade e falta de segurança que os moradores do residencial vivenciam ao exercer as atividades cotidianas, como o trajeto até a escola. Mesmo após cinco anos da percepção da diretora pedagógica, as condições de acesso continuam deficitárias, fazendo com que o percurso até os equipamentos públicos seja pesaroso. O público atendido pelos serviços ofertados nesses equipamentos são, em maioria, crianças que estão no ensino fundamental I e II, ratificando a gravidade da situação e a omissão do poder público quanto ao atendimento das diretrizes voltadas às condições de acessibilidade, alvo de discussão deste capítulo.

5.3.2 - ESCOLA MUNICIPAL THEODULO BASTOS DE CARVALHO JUNIOR

A escola Municipal Theodulo Bastos de Carvalho Junior está localizada à rua Sandoval do Carmo, nº 50, bairro Mangabeira e dista 2,6km do residencial Viver Alto do Rosário (MAPA 4). A escola fora inaugurada no dia 05 de abril de 2017, possui 20 salas de aula, sendo 10 salas no turno matutino e 10 salas no turno vespertino e tem capacidade máxima para 600 (seiscentos) alunos. A modalidade de ensino é fundamental 1 (1º ao 5º ano). E apesar de ter a distância semelhante à Escola Municipal Professora Lidice Antunes Barros, o equipamento não tem o suporte do ônibus escolar viabilizado pelo governo federal.

Figura 25 - Escola Municipal Theodulo Bastos de Carvalho Junior



Fonte: Pesquisa de Campo. 2020.

5.3.3 CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL MANOEL ANCHIETA NERY DE SOUZA

O Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Manoel Anchieta Nery de Souza foi inaugurado no dia 19 de fevereiro de 2016. Atualmente tem a capacidade para 300 (trezentos) alunos, possui oito salas, estas divididas entre crianças de três a

cinco anos de idade com funcionamento em dois turnos (matutino e vespertino). As crianças atendidas pelo Centro são amparadas em regime parcial, ou seja, apenas no matutino ou no vespertino.

A Figura 26 mostra o pátio do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), espaço amplo, iluminado, limpo, bem conservado, propício para o desenvolvimento de atividades, brincadeiras, ensino lúdico, ações voltadas às crianças que são os principais usuários do equipamento.

Figura 26 - Centro Municipal de Educação Infantil Manoel Anchieta Nery de Souza



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022.

Em todos os equipamentos públicos visitados durante a pesquisa, percebeu-se zelo em relação à conservação da estrutura física dos mesmos, assim como a preocupação por parte das equipes que trabalham nos locais, para o atendimento das pessoas que procuram pelos serviços prestados. Apesar do cuidado e empenho dos profissionais, através da observação empírica realizada em conversas nos momentos das visitas realizadas, em um dos equipamentos, os professores e equipe administrativa estavam realizando a função de merendeiro e serviços gerais, visto que não havia equipe suficiente para compor as funções de limpeza e manutenção,

fazendo com que os profissionais tivessem que ocupar mais de uma função de trabalho. Dessa forma, a informação, traz uma precariedade nas condições de trabalho que os profissionais estão propensos a passar para poder fornecer as viabilidades no trabalho e estudo dos usuários dos equipamentos, havendo uma sobrecarga que pode inclusive afetar a qualidade de vida dessas pessoas assim como a sua produtividade nas suas funções principais.

Durante a pesquisa de campo, ao perguntar quais foram os critérios utilizados para localização e distribuição dos equipamentos públicos, os profissionais entrevistados não souberam informar se houvera critérios utilizados para a instalação. O profissional de educação 1, entrevistado relatou que “Não há um canal oficial de disseminação entre as instituições escolares e os órgãos competentes sobre os critérios ou procedimentos relativos às políticas adotadas para a distribuição desses equipamentos públicos”. Em resposta ao mesmo questionamento, o profissional de educação 2, relatou que não sabia quais foram os critérios utilizados, ou se ao menos houve um critério para a alocação dos equipamentos públicos. De acordo com profissional de educação 2, a percepção foi de um aumento acelerado da população em decorrência da implementação dos residenciais do PMCMV e outros condomínios no território, fazendo o crescimento da população se apresentasse como “uma questão que requer uma articulação entre os diferentes segmentos sociais, atrelados, sobretudo, a um projeto de planejamento territorial.”

A entrevista também foi encaminhada para a Secretária Municipal de Habitação, Cíntia Machado, porém a mesma relatou que estava com Covid19, e encaminhou para sua equipe responder as perguntas. Em resposta à entrevista, sobre a questão, de quais seriam os aspectos da política habitacional em Feira de Santana, que se preocupa com a disposição da infraestrutura dos equipamentos públicos, nos bairros onde estão localizados os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), assim como se haveria algum instrumento que normatizasse esta questão e quais foram os critérios utilizados para localização e distribuição dos equipamentos públicos - creches, escolas e postos de saúde - no Residencial Viver Alto do Rosário, a representante da secretaria municipal, respondeu,

A Política Nacional de Habitação obedece a princípios e diretrizes que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento. Os aspectos da política

habitacional estão fundamentados na importância de promover uma distribuição equilibrada dos equipamentos comunitários, e fundamentalmente deve obedecer aos critérios de acessibilidade respaldado na abrangência do atendimento social em relação à moradia, nas distâncias máximas recomendadas. O instrumento que normatiza está na Lei nº 2987/2009 que tem dentre seus objetivos garantir o direito a moradia e possibilitar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, possibilitando uma reflexão acerca da localização. (Representante da Secretaria Municipal de Habitação)

A referida Lei, trata sobre o enquadramento e delimitação das áreas destinadas a implementação do PMCMV, como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e define os parâmetros urbanos para o programa na faixa 1. No Art. 2, § 3 trata do objetivo de possibilitar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários à população referenciada. Sendo assim,

Art. 2º O enquadramento das áreas previstas no artigo 1º como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a população de baixa renda, tem os seguintes objetivos:

III - Possibilitar a oferta de equipamentos urbanos e comunitários;

O representante da Secretaria Municipal de Habitação, ao ser questionado sobre a opinião da infraestrutura dos equipamentos públicos como, creches, escolas e postos de saúde, se teria condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores, a resposta foi de que, “Segundo informações passadas pelos líderes da comunidade, o serviço consegue atender as demandas do território.” (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO).

Nas respostas do representante da Secretaria Municipal de Habitação, percebe-se que o mesmo não conhece a realidade do Residencial Viver Alto do Rosário e também diverge das informações relatadas ao longo da pesquisa pelos profissionais da educação, da saúde e líderes comunitários que foram entrevistados. Tampouco, existe o alinhamento com as respostas do Prefeito Municipal que ao menos reconhece debilidades do local que fragiliza a segurança e o amparo necessário para o acesso aos equipamentos públicos.

O profissional da educação entrevistados 1, ao ser questionado se há outra escola para atendimento dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, e qual a opinião sobre esta questão, isto é, se acredita que esses serviços conseguem contemplar as demandas, foi respondido que:

Há outras escolas na região da Mangabeira, mas ainda há necessidade de criação de novas creches e escolas de Educação Infantil e Fundamental 1, pois os números de turmas existentes na nossa escola não são suficientes para atender às demandas reprimidas de matrículas que cresceram muito com a construção dos condomínios na região. (PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO1).

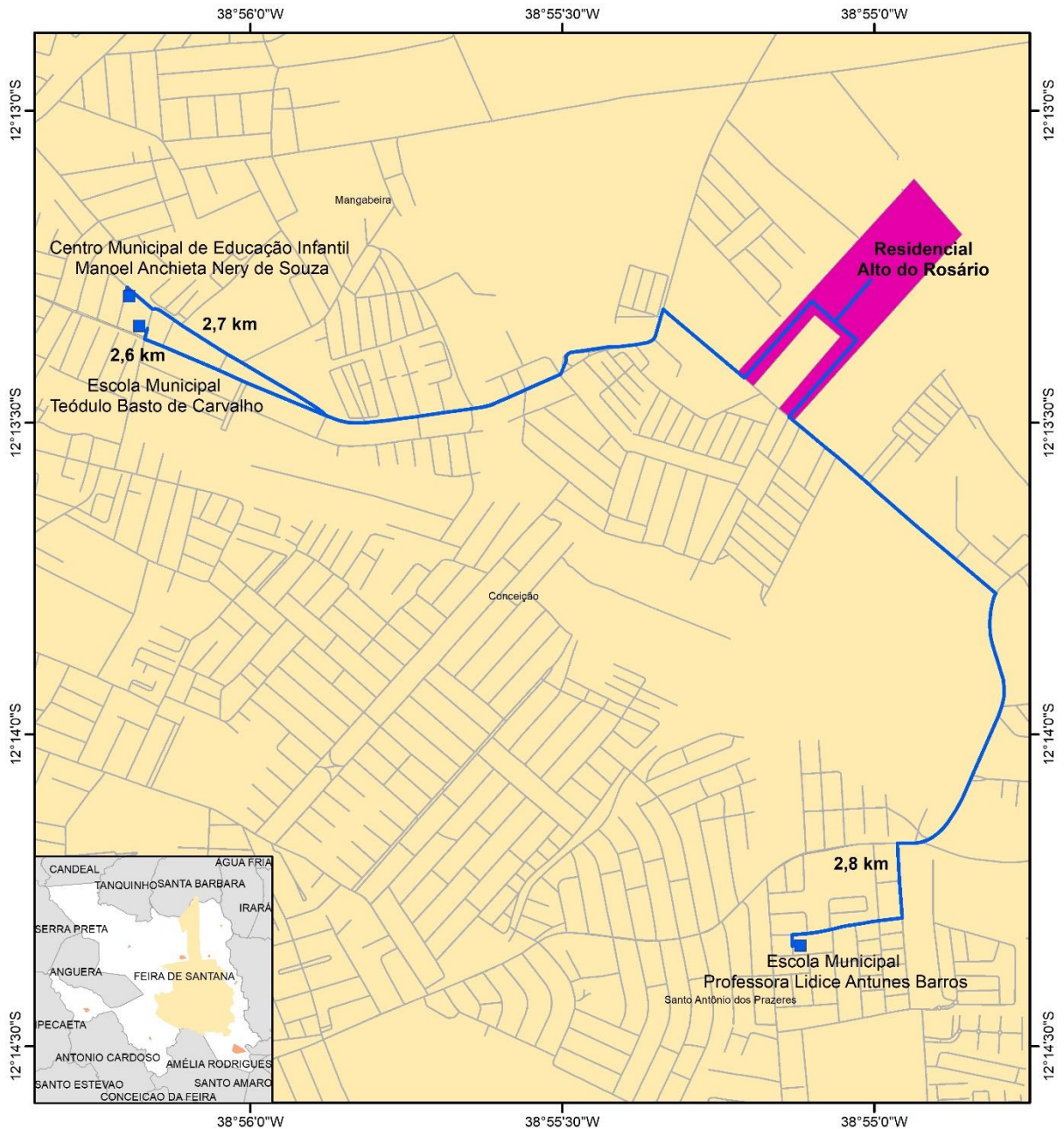
Sobre o mesmo questionamento, o profissional da educação 3, respondeu que “Recentemente foram inauguradas mais duas creches de menor porte. Provavelmente irá diminuir a demanda aqui, mas ainda assim não acredito que seja suficiente”

A acessibilidade também fora colocada como preocupação, visto que o deslocamento até o equipamento era motivo de queixa aos profissionais da educação pelos moradores. O profissional da educação 1, informou que “A comunidade de pais se queixa da falta de transporte escolar para deslocamento das crianças, pois a escola não fica muito próxima do Residencial”. O profissional da educação 3, relatou que “A localização da escola é boa, bastante acessível, mas para os que moram distante já complica um pouco para transitar à pé com crianças. Algumas famílias precisam pagar transporte escolar”.

O Mapa 4 apresenta as distâncias dos equipamentos públicos da educação que foram investigados na pesquisa, e ratifica a informação passada pelos três profissionais da educação entrevistados sobre a acessibilidade dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário aos equipamentos públicos educacionais. Em todos os casos, o trajeto percorrido é quase 3km para chegar até o local, tais condições acrescidas à questão de que em alguns casos são crianças a partir de três anos de idade.

Em ofício nº 01/2017 enviado no dia 12 de junho de 2017 ao então Prefeito Municipal, José Ronaldo de Carvalho, os moradores do Residencial encaminharam solicitação para obter orientações em relação a acessibilidade às escolas, pois, segundo eles, alguns estudantes estavam sem frequentar as aulas por falta de transporte escolar, devido à distância das escolas em que foram matriculados, conseqüentemente essa ausência escolar poderia interferir no recebimento de benefícios sociais.

Mapa 4 - Distância entre O Residencial Viver Alto do Rosário e os Equipamentos públicos educacionais Estudados na Pesquisa



	Municípios da Bahia		Feira de Santana
	Distritos		Bairros - Lei 75/2013
	Resi. Alto do Rosário		Educação
	Roda Educação		

Fonte: Limite político administrativo municipal (IBGE, 2018); Bairros de Feira de Santana (BRITTO, 2018 adaptado de IBGE 2010); Residenciais Minha Casa Minha Vida (BRITTO, 2020).
Coordenadas Geográficas: lat/long.
Coordenadas Geodésicas: SIRGAS 2000.
Elaboração Técnica: Akila Soares de Britto e Nathalia Santos Oliveira.
Orientação: Nacelice Barbosa Freitas.

Figura 27 - Ofício 001/2017 sobre acessibilidade ao transporte escolar municipal.

Residencial Viver Alto do Rosário

Contato: 9 8168-1812 | E-mail: sandro_aragao@hotmail.com
Rua Itatiaia, Residencial Viver Alto do Rosário.
Blc 59 – AP 101.

Feira de Santana, 12 de Junho, 2017.

Ofício 01/2017

À Prefeitura Municipal de Feira de Santana
Ilmº senhor Prefeito
Sr. José Ronaldo de Carvalho

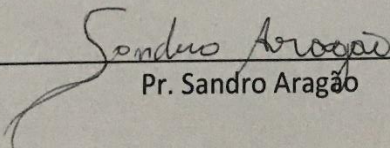
Prezado

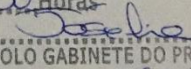
Famílias do Residencial Viver Alto do Rosário, estão correndo o risco de perder benefícios sociais que necessitam da frequência escolar. Muitos alunos estão sem acesso ao transporte escolar, estudam em Bairros ou Distritos onde residiam (o que dificulta a frequência), ou não conseguiram vagas nas escolas próximas do residencial.

Buscamos orientação em reunião com a secretária Jayana Ribeiro (SEDUC) dia 08/06, a mesma nos orientou a através deste, solicitar ao Exmo. senhor Prefeito uma agenda com as seguintes secretarias; SEDESO, SMTT E SEDUC, para ouvir as demandas de nossa comunidade e juntos auxiliar cada família. Confirmada a reunião, solicitamos apoio com 4 toldos 6x6 (local da reunião) e divulgação através de carro de som (SECOM) para anúncio no Residencial e adjacência.


Agradecemos antecipadamente, sabendo de vossa disposição em sempre nos atender.

Att.


Pr. Sandro Aragão

12/06/17
às 14:30 Horas
POR 
PROTOCOLO GABINETE DO PREFEITO
PROTOCOLO Nº 28711/17

Pr. Sandro Aragão
Contato: (75) 9 8168-1812
CPF: 948.756.855-72
E-mail: sandro_aragao@hotmail.com



Nas respostas do profissionais da educação entrevistados, percebe-se uma preocupação com a demanda educacional na região e a nas sugestões de melhorias a serem encaminhadas ao setor público, estão a ampliação das escolas do entorno e investimento na educação que possa contemplar a demanda educacional do território assim como a criação de uma política de intersectorialidade para que os órgãos trabalhem em parceria e com objetivos comuns, visando a uma política pública de atendimento do sujeito na sua integralidade.

5.3.4 O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROF. DR. EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA

O Centro Municipal de Educação Infantil Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, foi inaugurado no dia 21 de fevereiro de 2022, e está localizado na rua C do Residencial Viver Alto do Rosário. Este foi implantado no empreendimento, quase seis anos após a sua inauguração. O Centro conta 05 salas de aula, atendendo crianças entre dois e cinco anos, sendo os grupos dois e três em turno integral e grupos quatro e cinco em período parcial, e, no primeiro momento, conta com a oferta de 170 vagas.

A figura 28 mostra a fachada do Centro Municipal de Educação Infantil Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, uma semana antes da sua inauguração, através de registro fotográfico em visita de campo.

Figura 28 - Centro Municipal de Educação Infantil Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura



Fonte: Pesquisa de Campo. 2022.

No dia 21 de fevereiro de 2022, data da inauguração do Centro Municipal de Educação Infantil, houve o convite por parte dos moradores do Residencial, para participar da cerimônia, momento este em que, oportunizou a entrevista com o Prefeito de Feira de Santana e a Secretária Municipal de Educação, presentes no referido evento. A Secretária Municipal de Educação, Anaci Bispo Paim, ao ser

questionada sobre o seu pronunciamento na solenidade de inauguração, quando admitiu a dificuldade do município em atender todos os moradores do empreendimento, e do entorno, que anseiam pelas vagas escolares, e mesmo após a construção do espaço, não há atendimento da demanda, a secretária respondeu que,

Primeiro com planejamento. Sem planejamento a gente não vai conseguir e estabelecendo metas. Essa e a outra que inauguramos que estão na mesma área, a da Conder, e essa daqui, começa a atender a demanda por mais vagas, e iniciamos com 340 vagas nas duas e gradativamente nós vamos ampliando. Já cadastramos outras áreas, nos conjuntos residenciais tanto Viver Melhor como Minha Casa Minha Vida, para identificar as áreas disponíveis e construindo novas unidades, tanto para educação infantil, para ensino fundamental. Eu assim caracterizo, é o início: de um lado com planejamento e do outro quase que concomitantemente com a obra concluída. (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO)

A Secretária proferiu que, no momento a prefeitura está analisando formas de ampliação das vagas ofertadas visto que a demanda é crescente e que a hierarquia urbana do município mudou com a expansão de novos condomínios residenciais populares em algumas localidades, como em especial o bairro Mangabeira. Outro ponto apresentado pela Secretária, é que com o advento da Pandemia do COVID19, algumas escolas particulares fecharam, conseqüentemente aumentando a procura pelos equipamentos públicos escolares. Anaci Bispo Paim, explicou que essa demanda é legítima e que a população tem o poder público que busca viabilizar as condições (de acesso) com qualidade. Pontuou que está havendo planejamento de construção desses equipamentos e que na medida do possível os bairros que contam com um aglomerado populacional maior, estão sendo prioridade para a implantação dos equipamentos, e que existem sete escolas que serão inauguradas, e mais dez escolas aprovadas para a construção em 2022. Percebe-se na resposta da Secretária que, é o início de uma tentativa de planejamento para atender as demandas dos moradores do Residencial que foi inaugurado do ano de 2016.

Durante a pesquisa os profissionais de educação e líderes comunitários entrevistados, relataram sobre o não atendimento das demandas relacionada às vias de acesso e ao número de vagas ofertadas, que conseqüentemente faz com que crianças estejam sem atendimento quanto ao ensino regular e desamparadas educacionalmente.

Segundo o Prefeito Municipal, em fala registrada na cerimônia de inauguração do Centro, o município possui dinheiro para implementação de novas escolas e aguarda a liberação de orçamento para poder iniciar as novas construções. Na entrevista informal realizada, o prefeito municipal proferiu que existe uma área próxima ao residencial, e que há a proposta de construção de uma escola par ofertar o ensino fundamental 1, contemplando crianças do primeiro ao quinto ano. Porém, a demora para a realização da construção é que, segundo o gestor, o governo federal preocupou-se apenas com a instalação das unidades habitacionais e não viu a necessidade do financiamento adequado para a instalação dos equipamentos escolares. Portanto a prefeitura está construindo conforme a possibilidade da gestão municipal.

No dia 23 de fevereiro de 2022, um dia antes do começo das matrículas para o CMEI, as famílias do residencial e do entorno, estavam formando filas às 14h, quase 24h antes do horário de início das atividades, segundo relato dos moradores. Na imagem da figura 29, é registrado o momento em que estes começaram a se organizar em frente ao CMEI, temerosos em não achar vagas para matricular as crianças. A figura 29 mostra o começo das filas no dia anterior ao período de matrícula.

Figura 29 - Fila no Dia Anterior às Matrículas do Centro Municipal de Educação Infantil



Fonte: Arquivo pessoal do morador do Residencial Viver Alto do Rosário. 2022

Ainda na madrugada do dia anterior ao começo das matrículas do CMEI, os moradores estavam em uma longa fila em frente ao equipamento, e conforme registro feito na imagem, muitas pessoas dormiram na fila na tentativa de garantir sua vaga. (FIGURA 30).

Figura 30 - Moradores do Residencial Viver Alto do Rosário: Fila no dia anterior às matrículas



Fonte: Arquivo pessoal do morador do Residencial Viver Alto do Rosário. 2022

Após a realização das matrículas no CMEI Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, segundo líder comunitário 1, em informações via ligação telefônica e aplicativo de mensagens WhatsApp, afirmou que devido à alta demanda, muitas pessoas não conseguiram realizar a matrícula e a direção do CMEI ampliou o número de vagas para os grupos quatro e cinco. As vagas para os grupos dois e três encerraram-se no mesmo dia de começo da matrícula.

O Centro de Educação implantado dentro do Residencial Viver Alto do Rosário, representa uma conquista para os moradores que precisam do equipamento para deixar seus filhos em um local seguro enquanto trabalham, estudam, buscam por novas oportunidades no mercado de trabalho, além de ser o começo das atividades pedagógicas e educacionais para as crianças, estímulo essencial para os primeiros anos de vida. Porém como ratificado ao longo da pesquisa, não é o suficiente para atender as demandas da comunidade, pois, apesar do esforço empreendido, nem todos conseguiram vaga para matricular suas crianças e muitas mães foram encaminhadas para a secretaria de educação para tentar a matrícula em outra unidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o PMCMV, além da casa, abalizando a disposição dos equipamentos públicos em Feira de Santana, foi fundamental para revelar como a infraestrutura é importante para as pessoas que necessitam utilizá-los com frequência para realização das atividades que são fundamentais no cotidiano, tais quais as voltadas à saúde, educação e acessibilidade.

Buscou-se explicar como as políticas públicas habitacionais desde 1930, têm atendido as necessidades de fornecer o direito à moradia, a todas as pessoas, assim como as garantias contempladas no artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, registrou-se a importância da Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão federal destinado especificamente à questão habitacional no Brasil, assim como, a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) que tinham por objetivo estimular a construção de habitações de interesse social.

Observou-se que, com BNH surgiram também as cooperativas para captação de outros recursos, com a finalidade de viabilizar a construção das moradias populares. Sem o êxito quanto a concretização de tais atividades, foi criado o INOCOOP e, autoras como SANTO (2012) e FREITAS (2014), apresentam a contextualização da implementação destes projetos na Bahia e em Feira de Santana, representado pela URBIS. Porém pode-se concluir que a construção das habitações populares apresenta problemas quanto a infraestrutura especialmente no quesito acessibilidade oferta dos serviços públicos essenciais.

Ao apresentar os programas Pró-Moradia, Habitar Brasil, Habitar-Brasil/BID e Morar Melhor, operados pelo governo federal desde 1995, tinha como propósito mostrar a prioridade pelas construções de habitação popular para as famílias de baixa renda. Mas infere-se que as políticas públicas habitacionais desde o início da sua implementação no Brasil, foram planejadas com a tentativa de estancar um problema latente, no que tange o crescimento populacional, e a falta de ações eficazes fez com que as tratativas não resolvessem de fato a questão em sua totalidade.

A discursão sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Brasil, instituído em 2009, traz o entendimento sobre o contexto histórico bem como a

abordagem do referido Programa em Feira de Santana. Registrou-se a importância do programa na provisão pública de habitação, instrumentalizada pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Sendo assim, foram apresentados também pontos, que se fazem latentes para a conclusão dessa dissertação, tais como, a falta de articulação com a política urbana e os problemas de localização dos novos empreendimentos, trazendo a argumentação de que o PMCMV não deve ser restrito aos números das unidades habitacionais, mas também deve visar o atendimento das necessidades da população que ali está alocada.

Também se faz necessário rever a disposição dos residenciais faixas 1 entregues até o ano de 2017 em Feira de Santana, através de mapeamento realizado. A leitura sobre o Residencial Viver Alto do Rosário, espaço escolhido para a realização da pesquisa mostrou as condições em que são implantadas as políticas públicas habitacionais em Feira de Santana, ou seja, sem priorizar a qualidade da infraestrutura dos equipamentos públicos.

A questão da acessibilidade e a mobilidade urbana, especialmente do que é vivenciado pelos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário, revela que estes estão desassistidos pelo poder público. Mostra que o município ainda não tem definido planos ou projetos que atendam as demandas dos mesmos.

O conhecimento sobre a questão da acessibilidade e infraestrutura dos equipamentos públicos, foi fundamental para entendimento da realidade estudada. Os resultados da pesquisa de campo a partir das visitas realizadas nos equipamentos públicos – centro de educação infantil, escola e unidades de saúde - bem como as entrevistas realizadas com os gestores municipais, líderes comunitários, profissionais de educação, profissionais de saúde permitem inferir sobre a necessidade de definição de políticas públicas específicas para o município. Por exemplo, a distância percorrida pelos moradores do residencial até os equipamentos públicos utilizados no recorte da pesquisa, são apontados pelos líderes comunitários que se fizeram presentes ao longo de todo caminho, como um problema a ser enfrentado.

Sobre as condições de atendimento da unidade de saúde, apesar do empenho dos profissionais, diante da população estimada do residencial que possui cerca de nove mil pessoas, observou-se que se torna impossível o atendimento das demandas inerentes ao equipamento. Foi colocado pelo Prefeito Municipal em entrevista, que a população pode recorrer a UPA. Esta que dista cerca 3 km do residencial, e, trazendo os aspectos relatados pelos moradores entrevistados, tais como violência no entorno

e falta das condições necessárias de acesso, este equipamento também apresenta baixa viabilidade na efetivação de atendimento.

Ainda sobre os equipamentos públicos, foram investigadas duas escolas municipais e dois centros de educação infantil, que também apresentam dificuldade de acesso quanto a distância percorrida pelos alunos - cerca de 3km - salvo o centro de educação infantil inaugurado em fevereiro de 2022, que se encontra no espaço do residencial.

Durante as entrevistas, os profissionais da educação, relataram que o crescimento populacional, ocasionado pela implementação dos empreendimentos do PMCMV, faz com que as escolas não consigam atender a demanda de alunos que buscam pelos equipamentos. Esta informação foi ratificada pelo Prefeito Municipal e pela Secretária de Municipal de Educação, ao reconhecer que o município não consegue atender a todos que procuram pela vaga escolar próximo a suas residências. Os gestores salientaram que estavam planejando a inserção de novas escolas e centros de educação infantil na tentativa de atender as lacunas supracitas, porém não apresentaram como seria realizado esse planejamento, podendo-se inferir sobre a fragilidade da execução das políticas públicas educacionais no município.

A construção de programas sociais de planejamento que auxiliem as políticas públicas de habitação implementadas, torna-se essencial para garantir a dignidade dos moradores nos residenciais do PMCMV faixa 1, haja vista que esse planejamento não foi implementado em consonância com a construção dos empreendimentos imobiliários.

Pode-se concluir que, torna-se necessário que os poderes públicos no âmbito federal, estadual e municipal, trabalhem em conjunto para que possam tomar por responsabilidades a unificação das estratégias de planejamento dos gargalos voltados às condições de acesso e infraestrutura para comportar as demandas. Para isso, a intersetorialidade precisa ser efetiva, pois, as lacunas apresentadas vêm de diversos segmentos tais como: planejamento de construção dos equipamentos, transporte, pavimentação, contratação de recursos humanos, ampliação de atendimento, entre outros. Tal dinâmica tem o potencial de minimizar os anseios desses moradores que passam por situações críticas para acesso desses equipamentos há anos, como ocorre com a população do Residencial Viver Alto do Rosário.

Contudo, também faz-se necessário a aplicação das políticas públicas e programas de planejamento para os novos empreendimentos que estão surgindo no

município, visto a crescente demanda populacional, para que esses obstáculos, resultantes da falta de planejamento, e conseqüentemente não atendimento em sua totalidade dos equipamentos públicos à população, não seja regra.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: Coleção Habitare – Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras – **Uma avaliação das Políticas habitacionais no final do século XX**, 2007, p. 12-41.

ALMIRANTE, Juliana. **Dilma entrega unidades do Minha casa, minha vida em Feira de Santana**. GLOBO- G1 BA, 2016. Disponível em <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/03/dilma-entrega-unidades-do-minha-casa-minha-vida-em-feira-de-santana.html>>

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de habitação**. Brasília: DF, 2004.

_____. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o programa Minha Casa Minha Vida e regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Diário Oficial da União. Brasília:DF, 07 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11977compilado.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. Lei nº158, de 6 de maio de 2016. **Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no fundo de arrendamento residencial**. Diário da União. Brasília:DF, 09 de mai. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22798723/do1-2016-05-09-portaria-n-158-de-6-de-maio-de-2016-22798373 .Acesso em: 18 set. 2020.

ARAÚJO, Flávia de Sousa. Desestabilizações de uma política público-privada: o Programa Minha Casa Minha Vida em Benevides-PA. In: CARDOSO, Lucio Aduto; NUNES, Décio Rodrigues; ARAUJO, Flávia de Sousa de. (org.) *Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARMO, Edgar Cândido do. **A política habitacional no Brasil pós-Plano Real (1995-2002)**: diretrizes, princípios, produção e financiamento – uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CARMO, René Becker Almeida. **A urbanização e os assentamentos subnormais de Feira de Santana doutorado**. 2009. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-Sp, São Paulo, 2009.

CHILVARQUER, Marcelo. Aplicando o quadro de referência para análise jurídica de políticas públicas: a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1, no município de São Paulo. **Revista Estudos Institucionais**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 1116-1141, dez. 2019.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. **Anais: XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2013.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço São Cristóvão** 2014. 2014. 417 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, - 4. ed. 2002.

GOTTMANN, Jean. **A Evolução do Conceito de Território**. 1975. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 12 set. 2018.

HELFENSTEIN, Lara Amorim. **Valorização do Espaço Urbano em Feira De Santana: Estudo Sobre Política Habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida**. (Dissertação de mestrado em Planejamento Territorial) Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana, BA, 2018.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do município de Feira de Santana, 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em: 27 out. 2020.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; LIMA, Vicente Correia. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional?**, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19472>. Acesso em: 03 set. 2018.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso** - Nemo, Maringá, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/>. Acesso em: 18 set. 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos** - TERRITÓRIO, ESPAÇO DE IDENTIDADE. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELCHIORS, Lucia Camargos. Como anda a habitação social no Brasil? Reflexões sobre a trajetória das políticas habitacionais da década de 1960 à atualidade. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 199-218, jul. 2016.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em < <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> > Acesso em: 01 out. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA- PMFS. Lei nº 2897 de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre o enquadramento e delimitação do Programa Minha Casa Minha Vida como zonas de interesse social.** Gabinete do Prefeitura. Feira de Santana-BA, 2009. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2009/298/2987/lei-ordinaria-n-2987-2009-dispoe-sobre-o-enquadramento-e-delimitacao-das-areas-destinadas-a-implementacao-do-programa-minha-casa-minha-vida-como-zonas-especiais-de-interesse-social-zeis-e-define-os-parametros-urbanos-para-o-programa-para-a-renda-de-0-a-3-salarios-minimos>>. Acesso em: 01 out. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. (Org). **Como produzir moradia bem localizada com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida?** Implementando os Instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SALVADOR. Prefeitura de Salvador. **Programa Morar Melhor.** Disponível em: <http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/morar-melhor/8- menu-principal>. Acesso em: 27 set. 2020.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana:** sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940 – 2010).** Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol. 26, núm. 1, 2014, pp. 32-43.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Nathalia Santos Oliveira, estudante do Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, convido você para participar da pesquisa intitulada “Minha Casa Minha Vida, além da casa: Política Habitacional e Infraestrutura dos equipamentos públicos em Feira de Santana. Antes de concordar em participar da pesquisa, é importante que você compreenda as intenções e instruções contidas nesse documento. Destaca-se que sua participação nesse estudo é voluntária, não trará custo de ordem financeira e se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo sem causar nenhum prejuízo. Gostaria de informar também que estarei sempre à sua disposição para responder todas as dúvidas antes ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa tem por objetivo principal analisar a disposição da infraestrutura dos equipamentos públicos nos residenciais do PMCMV. O primeiro passo desse estudo é a pesquisa bibliográfica e documental; o segundo passo é a realização do trabalho de campo, que se configura na realização de entrevistas com profissionais que atuam nos equipamentos públicos selecionados e na secretaria municipal de habitação, em Feira de Santana, Bahia. Por se tratar de uma declaração pessoal, sobre um assunto que diz respeito ao fato dos entrevistados falarem sobre suas experiências com o espaço a entrevista enviada e respondida via e-mail, pode vir a gerar algum constrangimento ou desconforto, mas firmamos que as informações fornecidas por você, terão privacidade garantida, assegurando o direito à indenização se danos comprovadamente forem causados pela pesquisa (previsto na resolução 466/2012). Após a realização da pesquisa os resultados serão socializados com os sujeitos participantes para que tenham conhecimento que a proposta resultou. Pretende-se ao final do estudo submeter artigos, com os resultados obtidos nesta pesquisa, à revistas e eventos da área de Geografia, Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Todas as informações que você desejar sobre a pesquisa podem ser obtidas na Universidade Estadual de Feira de Santana, Avenida Transnordestina, S/N. Bairro, Novo Horizonte, Cep: 44.036-900, Módulo 7 na sala do Grupo de Pesquisa em Natureza Sociedade e Ordenamento Territorial (GEONAT) ou por telefone: Tel.: 75 3161-6251. Os dados coletados na pesquisa de campo ficarão guardados num período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador, sendo posteriormente eliminados. Se concordar participar da pesquisa deverá assinar este documento em duas vias ficando uma com você e outra com o pesquisador.

Feira de Santana, Bahia ___/___/_____

Nathalia Santos Oliveira

Assinatura do Entrevistado

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
PROFISSIONAL DA SAÚDE

1. Quais os serviços que são ofertados para comunidade na Unidade de Saúde da família? Como avalia a qualidade dos mesmos?
2. A equipe que trabalha da Unidade de Saúde da Família é multidisciplinar? Se sim, como se estabelece a integração dos serviços com a equipe?
3. Há outra Unidade de Saúde para atendimento dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário? Qual a sua opinião sobre esta questão?
4. A senhora acredita que a unidade de saúde consegue contemplar as demandas da comunidade? Por quê?
5. É necessário fazer encaminhamento de outras demandas? Quais? Para onde? De que forma? Há alguma dificuldade para efetivar esses processos?
6. Sabendo que o Residencial Viver Alto do Rosário é considerado de grande porte, contando com mais de 1500 unidades habitacionais, a senhora acredita que uma Unidade de Saúde seja suficiente para atender a todos os moradores? Por quê?
7. A senhora teria alguma sugestão para melhoramento do serviço e /ou estrutura, ou acredita que não há o que melhorar?

Muito obrigada!

Nathalia Santos Oliveira
Mestranda - PLANTERR

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DE SAÚDE
UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA ALTO DO ROSÁRIO I E II DR.
EDUARDO CELSO DALTRO COELHO**

1. A sra. sabe informar quais foram os critérios utilizados para localização e distribuição dos equipamentos públicos - creches, escolas e postos de saúde - no Residencial Alto do Rosário?
2. Como a sra. avalia a localização e o atendimento do serviço público (Unidade de saúde da família) no Residencial Alto do Rosário? Por quê?
3. Na sua opinião a infraestrutura sobre o equipamento público (Unidade de saúde da família) tem condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores do Residencial Alto do Rosário? Por quê?
4. Há outra unidade de saúde da família ou posto de saúde para atendimento dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário? Qual a sua opinião sobre esta questão? O sra. acredita que esses serviços conseguem contemplar as demandas? Por quê?
5. O sra. tem alguma sugestão a ser encaminhada ao poder público local sobre a qualidade os serviços prestados? E sobre a infraestrutura dos mesmos?

Muito obrigada!

Nathalia Santos Oliveira
Mestranda - PLANTERR

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO.

1. A sra. sabe informar quais foram os critérios utilizados para localização e distribuição dos equipamentos públicos - creches, escolas e postos de saúde - no Residencial Alto do Rosário?
2. Como a sra. avalia a localização e o atendimento dos serviços públicos no Residencial Alto do Rosário? Por quê?
3. Na sua opinião a infraestrutura do equipamento público (escola) tem condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores do Residencial Alto do Rosário? Por quê?
4. Há outra escola para atendimento dos moradores do Residencial Viver Alto do Rosário? Qual a sua opinião sobre esta questão? A sra. acredita que esses serviços conseguem contemplar as demandas? Por quê?
5. O sra. tem alguma sugestão a ser encaminhada ao poder público local sobre a qualidade os serviços prestados? E sobre a infra estrutura dos mesmos?

Muito obrigada!

Nathalia Oliveira
Mestranda- PLANTERR

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SECRETÁRIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1. A sra. poderia informar quais são os aspectos da política habitacional em Feira de Santana, que se preocupa com a disposição da infraestrutura dos equipamentos públicos nos bairros onde estão localizados os residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)? Há algum instrumento que normatiza esta questão? Qual?
2. A sra. poderia indicar quais foram os critérios utilizados para localização e distribuição dos equipamentos públicos - creches, escolas e postos de saúde - no Residencial Viver Alto do Rosário?
3. Como a Sr^a avalia a localização e o atendimento dos serviços públicos no Residencial Alto do Rosário? Por quê?
4. Na sua opinião a infraestrutura dos equipamentos públicos como, creches, escolas e postos de saúde, tem condições efetivas para atendimento das demandas dos moradores?

Muito obrigada!

Nathalia Oliveira.
Mestranda- PLANTER